

CAMINHOS DE UMA ESCRAVA DA ÁFRICA A SERGIPE



EDITORA
IFS

LUCIANO FERREIRA

COM ILUSTRAÇÕES DE CAUE SOUZA



CAMINHOS DE UMA ESCRAVA DA ÁFRICA A SERGIPE



Aracaju /SE
Junho, 2019



INSTITUTO
FEDERAL
Sergipe

LUCIANO FERREIRA
COM ILUSTRAÇÕES DE CAUE SOUZA



Copyright © 2019 • IFS

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

DIRETORA DE PUBLICAÇÕES

Vanina Cardoso Viana Andrade

EDITORAÇÃO

Diego Ramos Feitosa

Jéssika Lima Santos

Kelly Cristina Barbosa

Júlio César Nunes Ramiro

CONSELHO EDITORIAL

Jaime José da Silveira Barros Neto

Rafael Pinheiro de Araujo

PLANEJAMENTO E

COORDENAÇÃO GRÁFICA

André Azevedo

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

André Azevedo

DIAGRAMAÇÃO

André Azevedo

REVISÃO

Natã Santana de Sousa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F383c Ferreira, Luciano
 Caminhos de uma escrava da África a Sergipe [recurso eletrônico] / Luciano Ferreira; Caue Souza, ilustrador. – 1. ed. Aracaju: IFS, 2019.
 125p. : il.

ISBN 978-85-9591-092-8

1. Histórias em Quadrinhos. 2. Escravidão. 3. Mulher - negra. 4. África. 5. Romance. I. Souza, Caue. II. Título.

CDU: 741.5(61)(813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária **Célia Aparecida Santos de Araújo** (CRB 5/1030)

[2019]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330.

Tel.: +55 (79) 3711-3222. E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
(IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Alexandro Ferreira de Souza

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

AGRADECIMENTOS

O resultado dessa pesquisa é fruto de muito trabalho e dedicação, feita em paralelo com a docência no Colégio Estadual Santo Antônio, em Coronel João Sá, e Colégio Estadual Professora Helena Brito em Pedro Alexandre, ambas no sudeste baiano. Um trabalho como esse sempre é construído a muitas mãos, por isso agradecimentos a minha orientadora Prof^a. Dra. Janaína Cardoso de Mello - UFS, que sempre aceitou minhas ideias e me orientou no que foi necessário, ao Prof. Dr. Lucas Pinheiro - UFS pelas ricas ideias, a Cauê Souza pelas ilustrações, aos coordenadores do PROFHISTORIA Prof^a. Dra Marizete Lucini – UFS, Prof. Dr. Paulo Heimar Souto - UFS pelo suporte, aos “Caras do Profhistoria” pela companhia na trajetória e a minha esposa Suzy pela paciência nas ausências e nos silêncios.



SUMÁRIO

1 POR QUE UMA HQ?	7
2 É CABÍVEL UMA HISTÓRIA FICCIONAL?	11
3 A ÁFRICA ANTES DOS EUROPEUS	17
4 A CAPTURA E O CAMINHO ATÉ O LITORAL	21
5 O AGUARDO NA FEITORIA	25
6 A VIAGEM NO TUMBEIRO	29
7 A CHEGADA EM SALVADOR	33
8 A TRANSFERÊNCIA PARA A COTINGUIBA	41
9 O FINAL DA HISTÓRIA	49
10 A LIBERDADE E O DESTINO	57
11 CRIANDO A HQ	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
HQ CAMINHOS DE UMA ESCRAVA DA ÁFRICA A SERGIPE	66
TIRAS DE QUADRINHOS PARA ATIVIDADE DE CLASSE	118



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

1. POR QUE UMA HQ?

Quando me foi sugerido o estudo da escravidão e dos nichos pouco explorados e valorizados, fiquei muito confuso quanto ao produto que se poderia surgir a partir disso, principalmente porque deveria ser aplicado em sala de aula e também ser replicável, um desafio e tanto. O que pairava na minha mente era algo tecnológico, de interação virtual quando durante as aulas me foi questionado: e se não houver internet? Ou, se não houver aparelhos com *android* para todos os estudantes? Não parece muito com o livro didático, não? Isso foi um duro golpe nas minhas pretensões.

Pesquisando outras maneiras com menos complexidade e visando facilitar a compreensão dos estudantes sobre a Revolução Francesa, achei um *slide* sobre o tema, querendo aprender um pouco mais e aberto a utilizar essa ferramenta para lecionar, fiz o *download* do arquivo, quando abri era uma HQ; achei estranho uma história em quadrinhos naquele formato, mas comecei a visualizar e achei a forma como a revolução era abordada. Genial! Realmente

feita para que os adolescentes entendessem. E eu me perguntei se os alunos se agradariam mais daquele tipo de aprendizado, dos livros didáticos ou das aulas expositivas. Nem precisa pensar muito! Fiquei pensando, e ainda que o pensamento estivesse solto e sem uma direção específica, nas aulas do professor Lucas Pinheiro, na disciplina Percursos e Linguagens da Arte no Ensino de História nos *brainstorms* habituais, nos trouxe uma série de história em quadrinhos nada convencionais, Maus de Art Spiegelman; Persépolis, de Marjane Satrapi e Reportagens de Joe Sacco.

Realmente fiquei intrigado com as HQs, com cenas de violência e que retratavam a realidade crua dos temas que tratavam, e fui me lembrando da minha infância e de como os passeios no local de trabalho de minha mãe foram úteis. Quando minha mãe seguiu o êxodo rural e saiu do interior de Carira em Sergipe e foi trabalhar na casa de um tabelião de um cartório no Bairro da Lapinha em Salvador como empregada doméstica; lá ela construiu família, com filho pequeno sem ter com quem deixar, às vezes o menino ia para a casa daquela senhora que passava as tardes lendo “gibis”, o menino curioso ficava olhando, ela começou a dar as revistas já lidas; o tempo foi passando e o menino que gostava dos desenhos coloridos, logo se interessou para saber os que continha nos balões, daí os questionamentos à mãe e ao pai do que continha ali; foi rápida a junção das letras, sílabas e às palavras. Passados os anos e minha mãe deixou de trabalhar na casa daquela senhora, mas sempre que ia à rua e passava na referida casa, trazia várias revistas do Tio Patinhas, Pato Donald, Mickey, Mônica, Chico Bento, Cascão, etc. Era uma decepção quando não vinha nenhuma. Um pouco maior fiz coleção, tive centenas! Muitas desde o número 1. Havia adquirido o hábito da leitura.

Me questionei: se aconteceu assim comigo, o mecanismo não pode ser igual com outros? Foi quando pesquisei com mais profundidade e vi que há um universo de pesquisas muito sérias quanto ao uso das histórias em quadrinhos na educação, com referências na-

cionais como Valdomiro Vergueiro, Álvaro Moya, Cláudia Sales, Daniel Brandão, Weaver Lima e tantos outros que levam as HQs muito a sério. Há também a recente vertente de transformar em quadrinhos clássicos da literatura brasileira e universal, uma grande ideia! Novos tempos, novas metodologias de ensino. Num projeto para incentivar a leitura dos estudantes, recomendei uma HQ para uma estudante que nunca tinha lido um livro: Persépolis; que é um livro bem grande. Para minha surpresa ela leu a história inteira, ao final ficou um tanto zangada por causa do contexto social em que a garota vivia e o que sofria. É um primeiro passo para formar um leitor.

As histórias em quadrinhos embora tenham sofrido enorme preconceito, pelas alegações de superficialidade, próprio para público inculto, ou de material de incitação à violência, como a crítica de Fredric Werthan em “Sedução do Inocente” publicado em 1954, numa crítica ácida e metodologicamente questionável. Hoje com o avanço dos estudos, da academia expandindo suas perspectivas e dialogando com as mídias de massa contemporâneas, o preconceito já é muito menor, o que não significa que tenha chegado a níveis aceitáveis. Congrega imagem, literatura, além de comportar outros elementos. A utilização na História lançando mão de uma ferramenta tão dinâmica e atual, se bem utilizada pode produzir resultados extraordinários para a compreensão de assuntos muitas vezes complexos numa linguagem mais acessível e certamente marcante, além de servir como porta de entrada para outras leituras, numa construção de conceitos midiáticos que se propaga e se renova, até porque, pode-se orientar a leitura de obras quadrinizadas e dos clássicos originais, porém se esta não ocorrer, os estudantes e o público em geral conseguiram adquirir ao menos os conceitos gerais da obra de determinado autor democratizando o conhecimento.

As histórias em quadrinhos têm avançado nas concepções educacionais. Atualmente o governo federal é o maior comprador de histórias em quadrinhos do país, com o **Programa Nacional Biblioteca na Escola** (PNBE) para atender principalmente aos **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs) da língua portuguesa. Segundo Vanessa Yamaguti (2017, p. 8) em 2006 foram adquiridos pelo programa 11 títulos de versões de clássicos da literatura brasileira e universal em HQ, outros foram gradativamente acrescentados somando 126 em 2016. Com um investimento de R\$ 54.712.133,85, talvez seja ainda uma iniciativa tímida se comparados aos R\$ 959.861.997,37 em valores totais (2017, p. 4), mas a tendência é que com um maior interesse dos professores e professoras, uma apropriação do que é uma história em quadrinhos e como pode ser útil, os professores possuirão uma poderosa ferramenta na tarefa de instruir crianças, adolescentes e adultos:

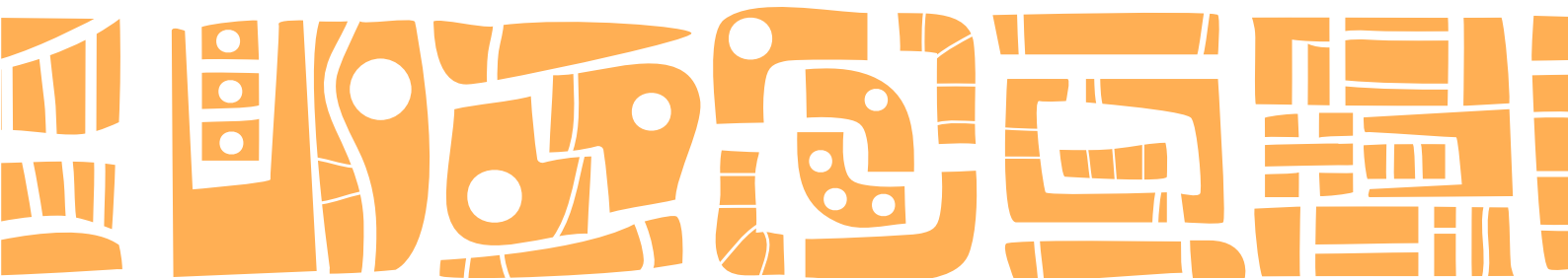
Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros (BRASIL, 1997, p. 61).

Evidentemente é necessário o uso adequado das HQs, para isso os professores e professoras interessados no uso dessa ferramenta devem se capacitar para compreender a melhor forma de usá-la, e como afirma Cláudia Salles (2018, p. 19):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também já falam de “formas contemporâneas de linguagem”, como as mídias, incluindo a utilização das histórias em quadrinhos, enquanto recurso didático-pedagógico.

Fica claro que tanto as HQs quanto outras ferramentas pedagógicas precisam ser bem utilizadas para alcançarem o resultado esperado. Ainda que seja um discurso recorrente, é necessário. A formação continuada e a constante reavaliação da prática pedagógica individual é que serão os verdadeiros motores da mudança educacional dos estudantes. Ainda que os governantes negligenciem fundamentos importantes por desconhecerem o que é a sala de aula, ou por inclinações políticas de manutenção da ignorância dos estudantes nas escolas e pós-escola, o corpo docente quando não inova e se entrega ao *status quo*, dá manutenção ao que está posto, e o fracasso continuará.

Evidentemente há uma enorme diferença entre gostar, fazer uso e produzir uma HQ, e o último era algo que eu não tinha a menor ideia, de como se dava a roteirização, produção artística, estudo de personagem, balonamento, recordatórios, etc. Enfim era necessário pesquisar com produzir o roteiro e torcer para encontrar uma história interessante que valesse a pena quadrinizar. A princípio pesquisei no livro do Ivan de Oliveira ou Gian Danton, como assina no seu livro, “Como Escrever Histórias em Quadrinhos”, em que ele define basicamente dois tipos de roteiros para guiar o ilustrador, o argumento ou *Marvel way* e ou o *full script* (2013, p. 6); no primeiro são traçadas as linhas gerais e o ilustrador se encarrega de preencher as lacunas naturais de um esboço inicial, boa parte das histórias produzidas pela indústria editorial dos quadrinhos funciona assim. Optei pelo último, principalmente para que a pesquisa seja privilegiada e haja pouca interferência ideológica do ilustrador nos resultados, por isso os detalhes devem ser feitos minuciosamente. Nesse caso o roteirista compõe totalmente a cena, desde a posição dos personagens, como deve se postar as imagens nos retângulos e como os retângulos devem se configurar. A isso deve-se tomar muito cuidado, já que o quadrinho é uma mídia interativa, e como tal deve ser pensada nas impressões e incompletudes passadas aos leitores; os espaços entre os quadros são passagens de tempo, e cabe ao roteiro guiar a imaginação do estudante/leitor, como afirma Daniel Brandão (2018, p. 36), essa passagem é uma tarefa exclusiva da imaginação do leitor.



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

2. É CABÍVEL UMA HISTÓRIA FICCIONAL?

Foi desconfortável no começo pensar numa história ficcional, talvez porque nós historiadores estejamos muito acostumados com o factual, ainda que as perspectivas sobre o fato sejam várias, ocorreram de alguma forma. Mas não havia outra forma de proceder, pesquisas sobre trajetórias de mulheres escravas em Sergipe são raras, e para montar toda a trajetória seria impossível; mesmo as fontes documentais são de histórias ou processos-crime incompletos. Foi mais um ponto para reflexão e pesquisa; lembrei que já havia visto algo sobre os conscientes coletivos e mentalidades que permeavam sociedades, mas sem muito aprofundamento de pesquisa. Fui pesquisar, e assisti ao excelente vídeo de Diana Vidal, professora de História da Educação da Faculdade de Educação da USP, sobre Michel De Certeau no *YouTube* (2014, outubro 30)¹. Compreendidas as críticas de De Certeau sobre a escrita da história, e que renderam dois volumes com títulos sugestivos: *A Invenção do Cotidiano I e II*. No documentário Vidal mostra

como De Certeau analisou a forma como a escrita da história era feita: “ele afirma que a escrita da história é uma escrita “invertida”, o que ele chamou de “inversão escriturária” (2014), ela se dá pelos resultados produzidos, diferentemente do resultado de uma pesquisa nas ciências chamadas de “duras”, onde o resultado se consolida ao final do processo, na escrita da história muito do que se escreve se dá pela relevância do resultado daquele processo, daí a pesquisa na perspectiva de como se deu o processo. Evidentemente isso criou um tipo específico de escrita que é a escrita da história, que é uma escrita sobre o fato real, mas que possui um distanciamento do fato, de cunho interpretativo, ao o que ele chamou de “epistemologia da distância”. As narrativas se dão com citações de outros autores, da seleção das fontes, etc., ao que chamou de “escrita folhetada” (2014). Mas o que chama a atenção é que De Certeau estabelece uma diferenciação para a distância que há entre a escrita e o real; nisso, o cunho interpretativo sempre se dá segundo a ótica de quem conta o fato. Nisso a narrativa historiográfica em muito se distancia do factual e perde o sentido de ser dito como verdade inflexível e imparcial, passando a tipologias mais complexas como “tipos de verdades”.

“A história é o trabalho sobre o morto”, afirma Vidal sobre argumentação de De Certeau (2014), para ele o fato jamais poderá ser resgatado, é passado; não há como reviver algo que passou, e tudo que se conta, escreve ou narra nada mais é do que uma versão historiográfica do fato. É De Certeau que iniciará a ideia de construção historiográfica (2014) e daí a diferença entre o fato vivido e o fato construído historicamente, a historiografia que: “é sempre parcial, sempre lacunar, sempre ideológica” (2014), segue a ideia de que as inclinações historiográficas servem às ideologias de quem as constrói.

Carlo Ginzburg é outro intelectual que nos chama a atenção sobre o que chamou de “um novo modelo epistemológico” no final do século XIX, ao qual ele afirma que não se

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21PXfrJCojQ&t=906s>. Acesso em: 28 ago 2018.

deu a devida importância, sua alegação é que o novo método pode separar o “racionalismo” do “irracionalismo”. Trata-se da crítica feita por Morelli ao modo como os museus europeus atribuíam autoria às obras recém-descobertas; ora, se obras de pintores famosos cujo valor pode ser medido a peso de ouro, é natural que as falsificações ocorram e com sofisticação refinada. O que os museus avaliavam era justamente as características mais marcantes dos referidos autores; se se quer enganar especialistas num determinado assunto, era só compreender suas mecânicas metodológicas e mostrar o que é esperado. O que Morelli propunha era justamente a metodologia contrária, como Ginzburg cita: “[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis dos quadros, [...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados [...]” (2007, p. 144). Evidentemente devemos transpor para a escrita historiográfica, como Ginzburg fará detalhadamente em “Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história”, isso para constatar que o que é escrito e exibido como verdadeiro passa por legitimações cujos norteamentos podem não ser os mais adequados (2017, p. 147).

É nesse viés que a história pode ganhar contornos ficcionais e literários, ainda que o factual seja o objeto de estudo, depende de perspectiva e interpretação. As lacunas onipresentes serão preenchidas com suposições, muitas vezes por dedução ou indução, e em muitos casos com inferências anacrônicas, ainda que este seja um erro grave. Por isso a concepção de história como “a verdade” atualmente é controversa, um equívoco trazer a ideia de que os livros contêm verdades inflexíveis e imutáveis, ainda que muitos ainda concebam a História dessa forma.

Outras formas de construção de narrativas vão se derivar das elucidações feitas por De Certeau, experiências como a micro-história, são formas de narrativas históricas que possuem vieses enxertados da literatura. O conhecido “Os Queijos e os Vermes” de Ginzburg, “Traição” de Reinaldo Vainfas, “O Roubo do Restaurante Chinês” de Boris Fausto, são alguns exemplos de narrativas impregnadas de elementos literários. Há também um caso muito curioso na historiografia de Sergipe com a obra “O Comedor de Jia” do historiador Pedrinho dos Santos, publicada em 2006, apesar de não se intitular desse gênero, é referenciado no artigo de Carolline Acioli O. Andrade “O Comedor de Jia”: uma experiência de micro história Sergipana? (2012), que põe em questão se a obra é um exemplar de micro história em Sergipe, ou meramente obra de literatura ficcional. O que durante seu discurso fica bastante claro, ainda que muitos elementos estejam ausentes, sua configuração se enquadra perfeitamente no estilo, ainda que não seja a proposta do referido artigo defini-lo. Também não cabe aqui entrar nesse mérito, apenas que o referido romance histórico (ANDRADE, 2012, p. 01):

[...] reconstrói o acontecimento misturando literatura e documentação histórica. Ele mesmo afirma que algumas passagens não foram extraídas de informações das fontes históricas, mas, a fim de que o leitor melhor compreendesse a história, ele decidiu preencher as lacunas deixadas pelos documentos. Até certo ponto, remonta à afirmação de Natalie Zemon Davis na introdução de *O retorno de Martin Guerre*: “O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado.” (DAVIS, p.21).

A citação é bastante clara quando afirma a utilidade da ficção literária no preenchimento das lacunas deixadas pelos documentos. Foi o recurso que utilizamos na HQ que conta a história da escrava africana Tereza, tendo como referências essas “vozes do passado” citadas, já que da mesma forma tenta fazer-se compreender o momento histórico como afirma Caroline Andrade em outro artigo: “A Escravidão em Sergipe Pelo Olhar da Literatura”, nele ela elencar outros argumentos e autores na defesa da literatura com fonte história e nos remete aos escritos dos Annales na voz de Bloch: “E, conforme afirmou Marc Bloch, a história é uma ciência que tem como característica ser poética.” (ANDRADE, 2014). E de fato cabe o reconhecimento da subjetividade do conhecimento histórico frente a inexorabilidade das ciências matemáticas e empíricas, ainda que já se tenha tentado com o Positivismo e o Historicismo, hoje muito questionadas, Bloch e os Annales inovaram na ampliação e na flexibilização das fontes históricas numa mudança de parâmetros muito salutar.

Caroline Acioli elenca ainda as formulações de Hayden White (2014), que partem da construção narrativa histórica como escrita, que é uma linguagem, e como tal possui elementos tropológicos que fogem da rigidez denotativa, sendo assim, a construção dos conceitos históricos de White dialogam com De Certeau, no sentido de que invariavelmente a história é exposta na forma de discurso, cujo elemento principal é o fato passado (ALMEIDA, 2014), mas que a ideia de rigidez na abordagem com um discurso único é um conceito ultrapassado e antiquado, para tanto, a inserção de elementos literários e ficcionais são objetos comuns ao escrito historiográfico, admitindo ou não:

E, talvez o mais marcante de todos os exemplos sobre a legítima e funcional aplicação desse tipo de recurso ficcional: “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco; o romance se passa na primeira metade do século XIV, Idade Média; possui uma montagem bem curiosa, Eco era assíduo leitor das histórias de Sherlock Holmes, tanto que para homenageá-los batiza “William de Baskervilles”, personagem principal do enredo, retirado dos personagens do título “O cão dos Baskervilles” de Artur Conan Doyle, de 1901². O livro traz um enredo simples, é detetivesco como os de Doyle, ocorrem mortes de modo misterioso, crimes ou suicídios? É tarefa do ex inquisidor descobrir os fatos; se passa num mosteiro cheio de curiosidades, contexto típico da época em que a Igreja Católica detinha as prerrogativas do conhecimento intelectual. Lançado em 1980³, seu romance se tornou rapidamente um sucesso, ganhando versão fílmica em 1986⁴. É uma referência quando se trata de exemplo da sociedade medieval e o tratamento dado ao conhecimento à época na Europa. Nas escolas, e até nas universidades o filme é utilizado como ferramenta para falar do medievo,

A teoria de White defende a indissociabilidade do conteúdo factual e conceitual de um discurso da sua forma literária e linguística. Como o discurso histórico é uma estrutura de linguagem, segue-se que o seu conteúdo é indistinguível de sua forma discursiva. Dessa maneira, o autor atenua os contrastes entre discursos literais e figurativos e autoriza a busca e a análise de elementos figurativos tanto no texto historiográfico quanto no ficcional. (ALMEIDA, 2014)

² https://pt.wikipedia.org/wiki/O_C%C3%A3o_dos_Baskervilles

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Nome_da_Rosa

⁴ <https://filmow.com/o-nome-da-rosa-t5722/>

tanto na vertente histórica como filosófica.

A ideia é que nossa HQ tente, dadas as devidas proporções, seguir os mesmos passos da conceituação utilizada nos exemplos citados. Dando à história da escravidão na África, passando pela Bahia e chegando a Sergipe na segunda metade do século XIX, uma ficção que contenha todos os elementos históricos elencados pelas pesquisas sobre o tema, livros didáticos e documentários sobre o tema.





五、四、三、二、一

五、四、三、二、一

五、四、三、二、一

五、四、三、二、一

五、四、三、二、一



A ÁFRICA ANTES DOS EUROPEUS

O início da HQ é uma pequena ambientação do que era climática e culturalmente a África antes dos europeus chegarem com seus sistemas de valores e mudar a dinâmica das relações étnicas, sociais e culturais entre os povos africanos. Evidentemente essa dinâmica não se faz sentir com facilidade, mas o processo de desarraigamento forçado como foi a instituição escravista, certamente produziria feridas que dificilmente fecharão, e se fazem sentir até hoje. Nas relações que pensamos existir apenas a lembrança e as cicatrizes, há ainda um remorso, uma dor latente que não é vista por causa da própria sistematização do conhecimento e da divulgação deste, o qual quase que todas as nações são devedoras de europeus e/ou americanos. No nosso sistema de coisas ainda é inaudível a voz de países da África, e não é difícil entender o porquê, até hoje bancos centrais de países africanos continuam atrelados aos bancos europeus, numa relação desigual, aceita por causa da manutenção política europeia a déspotas que se

mantém ou se mantinham no poder por uma relação de colaboração política e econômica.

Em função da falta de aprofundamento e da falta do devido cuidado sobre o assunto, de fato complexo, é comum o estudante pensar que os negros são todos iguais e da mesma raça, e até muitos professores ignoram a devida importância das diferenças étnicas africanas, até porque, é nessa diferença que se iniciam as disputas, seja por território, terras férteis, fontes d'água ou expansão de zonas de influência; seja como for, as disputas étnicas na África já ocorriam há muito tempo antes dos europeus chegarem, entre derrotados e vencidos surgem os primeiros escravos para venda ao europeu (MATTOSO, 2016, p. 50).

Após o retrato da geografia e fauna africana, com a exibição do belo guepardo, típico, mas não tão difundido como o leão; em seu habitat natural já denotam a vida típica da África antes do século XV, que pejorativamente se associou ao atraso e o primitivismo daquele continente. Levou muito tempo até que antropólogos e etnólogos entendessem e difundissem que etnia não se trata de superioridade ou o oposto, mas a simples diferença, e que seu conjunto de valores é avaliado dentro do mesmo sistema cultural e de valores intrínsecos. Nesse ambiente, o africano está intimamente ligado à natureza, seus relevos e acidentes naturais, para eles, a ancestralidade morta vive nesses locais. Na HQ a religiosidade africana foi pouco abordada por uma questão de espaço, e a religiosidade é tão variada e complexa quanto às etnias, privilegiar apenas uma nuance religiosa seria abordar uma particularidade dentre tantas, até porque, hoje sabe-se que o sistema religioso africano mais difundido, assim o é por causa da semelhança com o panteão de deuses gregos, o que não deixa de ser eurocêntrico e preconceituoso, portanto demasiado complexo para explicar num espaço tão exíguo. Mas os africanos não são diferentes dos povos do oriente no culto à fertilidade e aos deuses das colheitas que lhes conferiram prosperidade e abundância. Daí a primeira aparição dos africanos ser numa celebração consagrando aos deuses, a celebração do iname novo, agradecendo

aos deuses pela colheita, e foi apresentada porque era um ritual remanescente praticado pelos negros na Cotinguiba como nos relata Sharyse Piroupo do Amaral (2007, p. 245) como festa do Ogodô, costume frequente também na Bahia com o mesmo objetivo, Alberto da Costa e Silva também faz longos e repetidos relatos de como o tubérculo é utilizado na alimentação cotidiana dos africanos (2011, p. 560), daí a inserção na HQ, por ser um elo, uma ligação e consagração aos deuses, a festa do inhame novo no Brasil como era feito na África.

A África saariana há muito era conhecida pelos europeus, dada a proximidade pelo mediterrâneo e pelas ligações pelo Estreito de Gibraltar e pelos contornos dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos. Há muito a cultura grega bebeu dos avanços da cultura egípcia, ainda que isso seja pouco propagado. Os africanos mais ao sul foram mais bem conhecidos a partir das guerras de reconquista portuguesas, em que estes expulsaram os mouros do seu território. Por último no Algarve, por volta de 1249, quando ocorreu seu processo de unificação, com muitas áreas ao sul despovoadas por causa das guerras na expulsão árabe, o repovoamento vai gradativamente ocorrendo e essa expansão prossegue após o final da região continental, descendo e conquistando as ilhas do Atlântico, como a Ilha da Madeira (ALMEIDA, 2000, p.30).



O sistema de navegação portuguesa em muito se desenvolveu com os acréscimos trazidos pelos árabes e judeus no processo de conquista árabe, estes expulsos em meados do século XIII, e os judeus em 1496 (CORRÊA, 2012, p.16), também citados por Mattoso (2016, p.40). É notória a vocação natural dos portugueses para o mar, mesmo com as fantasias e crendices sobre uma infinidade de lendas e superstições, os portugueses se aprimoraram nas técnicas de navegação com a utilização de algoritmos matemáticos, a Escola de Sagres, que por muito tempo foi tida como lenda, só confirmada sua existência recentemente, foi a impulsora do desenvolvimento técnico da navegação lusa, com as referidas contribuições (CORRÊA, 2012, p.16) e o espírito aventureiro português, os navegantes conseguiram um feito até então desconhecido pelos europeus: a navegação baseada nas estrelas, com cálculo preciso da posição da embarcação ao longo das latitudes, que podiam ser calculadas sempre que necessárias. No clima de reconquista, os portugueses foram navegando na costa africana capitaneando em rumo sul, conquistando a cidade de Ceuta, transpondo o Cabo Bojador em 1434 (MATTOSO, 2016, p. 41), ainda que esse obstáculo tenha demorado por causa das correntes próximas ao litoral, justamente por temor dos monstros marinhos e das lendas do mar tenebroso (ALMEIDA, 2000, p. 67).

É nesse contato que os africanos apresentam o cultivo da cana e a produção de açúcar, que empiricamente os peninsulares experimentam na Ilha da Madeira, já com mão

de obra africana (MATTOSO, 2016 p. 40). É nesse período que os primeiros africanos serão levados para Portugal, evidentemente sem o intuito escravista-produtor, mas para a apreciação espetacular, já que a maioria dos europeus nunca havia visto homens e mulheres pretas. É sabido que à época muitas complicações políticas ocorriam no Mar Mediterrâneo, principalmente pela tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, o que inviabilizou o trânsito de mercadorias que atravessavam o Bósforo em direção à Península Itálica, onde comerciantes – Os famosos mecenas – difundiriam com exclusividade os produtos pelos quatro cantos da Europa. Com a queda de Constantinopla e com ela o Império Romano Oriental, ficou difícil, para não dizer impraticável, a negociação com os comerciantes árabes e hindus, os europeus perdiam uma importante fonte de renda.

O plano dos portugueses em participar desse lucrativo comércio já há muito era acalentado, com sua vocação marítima, um terreno acidentado, pequeno e pouco fértil, o comércio parecia uma solução razoavelmente lógica para Portugal. Há ainda em voga a argumentação infundada de que os portugueses tivessem medo de se aventurar “Mar Tenebroso” adentro por causa da finitude do navegável, já que num determinado ponto a embarcação cairia no “nada”. Com o conhecimento técnico que os portugueses possuíam é impensável que tal conjectura os atemorizasse, mas por outro problema: sabendo que a terra era esférica (BÍBLIA, 2000, p. 641), podendo ser circunavegada chegando à Índias polo oriente, havia uma variante de difícil cálculo, qual o tamanho dessa circunferência? Quanto tempo levaria a viagem? Quanto suprimento seria necessário?

Tendo já contato com povos africanos e estes afirmando que possuía passagem no extremo sul do continente, corroborado por comerciantes e navegadores árabes, era muito mais seguro circular o continente a uma viagem sem base de cálculo para viveres nos navios, sem falar, aí sim, nas lendas e temores que havia sobre o Atlântico, a alcunha de “tenebroso” não era mera metáfora. Nisso os portugueses se lançaram em busca das Índias no intuito de comercializar os rentáveis produtos diretamente com os produtores/comerciantes das especiarias (ALMEIDA, 2000, p. 69).

O grande problema é que o périplo africano nunca havia sido feito, a falta de cartas de navegação dificultava, e o tornava extremamente perigoso, era sabido que o mar com frequência tragava seus desbravadores. A opção da navegação de cabotagem se dá justamente pelo medo do afastamento da costa, o que trouxe uma série de problemas quanto ao regime de ventos e monções típicas da costa africana, tornando o avanço lento. O costea-mento africano é paulatino, mas constante. Por outro lado, a proximidade tornou frequente o contato com os povos da África. Por volta de 1460 Diogo Cão chega ao litoral de onde hoje é Angola e em 1560 ao Reino do Ndongo (SERBIN, JOUBEAUD, 2014, p. 8.).

Ao chegar às terras africanas os portugueses são cordiais e demonstram interesse nos costumes e no modo de vida dos africanos, as relações com o rei do Congo são inicialmente amistosas e logo o rei se converte ao cristianismo e é batizado, fazendo deste um aliado e parceiro da presença portuguesa na África, os missionários portugueses têm liberdade e conhecem os hábitos e costumes dos africanos (VAINFAS, SOUZA, p. 4). Depois de alguns anos, os portugueses obtêm permissão para voltar a Portugal com a promessa de que trariam os ensinamentos de como se fazer pólvora e armas de fogo, maior interesse dos africanos.

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

4

A CAPTURA E O CAMINHO ATÉ O LITORAL

A guerra na África era algo bem comum naquela época, desde as guerras pelas sucessões dos tronos tribais, que faziam parte do próprio ritual de sucessão das monarquias tribais, como explica Baquaqua em sua biografia, finalmente traduzida e publicada (BAQUAQUA, 2017), as disputas por territórios e comércio também ocorriam com frequência. Alberto da Costa e Silva em sua obra “A Enxada e a Lança” nos remete a cerca de 900 a.C. (2011, p. 168) o recuo temporal do uso da forja do ferro, que apesar de tradicional e muito utilizado, era extremamente rudimentar, aliás como tudo na África, Baquaqua explica em sua biografia, datada de meados do século XIX, que na segunda metade do século XV a situação não era muito melhor do ponto de vista manufatural que nos seus dias atuais. É nesse contexto que a história da nossa personagem começa. Seu nome lhe foi dado em homenagem a uma grande mulher que nasceu de 1582, filha de um rei tribal da etnia bantu, princesa que surpreende pela inteligência, orgulho da soberania da sua

nação e luta pela sobrevivência do seu povo frente aos conquistadores portugueses.

Njinga Nbandi Ngola Kiluanji, podendo ser encontrada como Nginga, Njinga, Singa ou Zhingá, dependendo do sub-grupo bantu falado, chamaremos de Njinga com referência ao trabalho divulgado pela ONU em que homenageia a rainha angolana (SERBIN, JOUBEAOUD, 2014), sendo o Ngola seu título de nobreza, que aliás dá nome ao atual país Angola. Era filha de uma escrava ambundo, já que a poligamia na África era muito comum, assim como a escravidão, mas com características muito diversas da escravidão como se arraigou no Brasil. Na escravidão africana o escravo ou a escrava poderia ser incorporada à família extensa, sendo em muitos casos incluído como parte da família através de casamentos, do senhor com a escrava ou da escrava com um filho, sendo em todas as situações incorporados à sociedade (MATTOSO, 2016, p. 49), é o caso da Mãe de Njinga.

Com a morte do pai o irmão de Njinga, Nbandi assume o trono do Ndongo, em meio aos avanços na implantação da feitoria no litoral. Nbandi assume o trono com sede de poder, se revela arbitrário e egoísta ao ponto de mandar matar o filho de Njinga, por medo da possibilidade de perda do trono para outro herdeiro, o que divide o reino, já que a comunidade sempre a apoiou como provável rainha após a morte do pai, Nbandi é escolhido para sucessão provavelmente por ser homem, mas se mostra incompetente na estratégia, covarde no combate e um déspota nos modos. Ao perder uma série de batalhas e ganhar outras, portugueses e Ngolanos estavam numa espécie de empate, o que sugere um acordo, sendo aconselhado pelos anciões a Nbandi se reaproximar de Njinga para que ela seja embaixadora nas negociações de paz com os portugueses.

Ao ser cordial e pomposamente recebida por Fernando de Souza, após ser bem acomodada e levada à presença do governador, foi dado um tapete para que Njinga se acomodasse para as negociações, tal foi surpresa do governador quando a princesa mandou uma de suas

serviçais se abaixasse, na qual se sentou e ficou frente a frente, à altura dos olhos do português, o que gerou imensa estranheza, já que os europeus esperavam uma pessoa dócil e submissa (SERBIN, JOUBEAOUD, 2014, p. 7). As negociações se revelaram duras, com Njinga exigindo a retirada dos portugueses do território de sua nação, o que ocorreu ainda que temporariamente.

Com a morte de Nbandi, Njinga assume o trono do Ndongo, incorpora a Matamba e lidera com braço forte em tempos de paz e de guerra, não se esquivando dos combates, com destreza estratégica nas batalhas, de modo que é admirada por seus conterrâneos e pelos portugueses (SERBIN, JOUBEAOUD, 2014, p. 8). Morre como soberana do seu país com 82 anos em 1663, até hoje é reverenciada pelos angolanos, sendo um dos seus heróis nacionais. Seu nome batiza a personagem bantu da nossa história e é mais que justo. Njinga nunca tombou em uma batalha sequer frente à dominação colonial e escravista, só após a sua morte o Ndongo foi conquistado e 7.000 dos seus soldados foram feitos escravos e trazidos para o Brasil (SERBIN, JOUBEAOUD, 2014, p. 44).





五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

5.

AGUARDO NA FEITORIA

Na captura, era comum, principalmente no século XIX, os escravos serem trazidos do interior até a feitoria no litoral para serem embarcados nos tumbeiros, agrilhoados do interior até o litoral, a viagem que poderia levar meses, no caminho eles eram bem alimentados, principalmente os escravizados que carregavam os mantimentos, uma espécie de “bônus” pela tarefa, como nos conta Mattoso (2016, p. 63), por isso logo na página 5, nossa personagem é levada por essas trilhas até chegar à feitoria litorânea.

A feitoria era basicamente um galpão situado à beira da praia, que inicialmente era feito de madeira e coberto com palhas de coqueiro, os escravos permaneciam acorrentados uns aos outros, isso ainda no século XV no Porto de Arguin, posteriormente as construções evoluíram para fortificações como São Jorge da Mina, Uidá, Jaquin, Apa e às das Ilhas de Cabo Verde (MATTOSO, 2016, p. 43). Era importante selecionar etnias diferentes para que não houvesse comunicação, isso minimizava as possibilidades

de sublevações ou fugas, de modo que durante a viagem era pouca a comunicação, também era objetivo impedir desde já as redes de solidariedades, temática que será tratada ao longo da história. Os escravos eram depositados na feitoria para se recuperar da viagem, já que o valor da “mercadoria” estava atrelado ao estado físico do escravo, portanto, maus tratos nesse trajeto eram minimizados em função do valor comercial do cativo.

Eles poderiam esperar até meses para que os navios negreiros chegassem e os recolhesse à incerteza da sobrevivência e ao desconhecido. Porém antes de embarcá-los era necessário que o cativo passasse pelo batismo, um batismo coletivo, em que o ritual era basicamente água sobre a cabeça e um punhado de sal na boca, cena mostrada na página 6, isso por causa da proibição da coroa portuguesa, de que se embarcassem os escravos ainda “pagãos”. Nota-se uma relação quase teocrática com a Igreja, como Mattoso nos informa (2016, p. 66); também vale ressaltar que era nesse momento que os escravizados recebiam um nome cristão, como é o caso da nossa personagem, que perde o nome de Njinga Nbandi Ngola Kiluanji e passa a se chamar Tereza de Souza, depois de Benguela, ainda que esses nomes sofressem acréscimos conforme a relação com a família senhorial. Ao transportá-los, muitos chegavam à América doentes, desnutridos e desidratados pela excruciante viagem, um relato importante que expressa com visceralidade está na obra Cinquenta Dias a Bordo de um Navio Negroiro de Pascoe Grenfell Hill (2008, p. 11), que conta o dia-a-dia de um navio negroiro brasileiro – O Progresso – preso pela marinha inglesa no Quelimane com mais de 400 cativos em 1843. Nele, os relatos das condições de viagem são importantes para perceber como era a convivência, as condições de higiene e a mortalidade ocorrida na travessia. Evidentemente, altos índices de “perda” não ocorreram em todo o período escravista, apenas no início, em a lida inexperiente dos marinheiros e traficantes na logística não eram tão apuradas; é consensual entre os historiadores que as “perdas” aceitáveis giravam em torno de

15% a 20% (MATTOSO, 2016 p. 70) ainda que no último percentual o prejuízo era iminente, no final do tráfico alguns traficantes conseguiam perdas muito baixas como veremos adiante. O contingente que era comercializado inicialmente era o que resultava dos conflitos tribais Inter étnicos, posteriormente com a sistematização e os africanos já imbuídos no interesse de, num fluxo comercial contínuo, o cuidado com os escravos estava pautado não na humanidade, mas no bom estado de uma “mercadoria” que perdia valor ou era rejeitada se não tivesse em boas condições. Era extremamente importante recuperar a saúde dos escravos para assim conseguir um melhor valor na negociação com os portugueses. O escambo era feito inicialmente com o cauri, conchas do Oceano Índico (MATTOSO, 2016, p. 47), mas rapidamente evoluiu para a troca por fumo. Aguardente, algodão e produtos simples de origem europeia como quinquilharias e pequenos objetos brilhantes, muito semelhante ao que fora feito com os índios brasileiros, só posteriormente fora utilizadas armas de fogo, conforme Mattoso nos informa (2016, p.51). Por questões de espaço, também por ser relativamente conhecida a negociação de escravos por armas, apenas faremos citação nos recordatórios.

Na página 8, consta o relato aludido a um episódio angustiante ocorrido a bordo do Progresso quando reconduzido para a África do Sul, escoltado pelo Cleópatra, embarcação inglesa, em que um escravo após uma tempestade, e um severo regramento de comida, é surpreendido roubando a comida reservada para o término da jornada; a punição, ainda que não fosse pela insurgência rebelde dos escravos, mas pelo desespero da fome, precisava ser enérgica para manter a ordem na embarcação. O resultado disso são os açoites do chicote ao ladrão famélico exibidos na HQ, nos mesmos moldes dos escravos sublevados, amarrado ao mastro do navio, com exibição pública e todo o “requite” cruel do evento, para que o leitor perceba que o trajeto era de fato desumano, e que o crime cometido possuía motivações das mais diversas, no caso do Progresso histórico, as circunstâncias eram um pouco diferentes, mas, por outro lado, o escravo que ora era reconduzido à liberdade padecia como qualquer outro na senzala, no tronco ou no pelourinho.

Conforme citado, ainda que superficialmente, na feitoria os padres faziam um batismo católico e lhes davam nomes cristãos portugueses, nisso também nos instrui Mattoso (2016, p. 66), suas cabeças eram raspadas para prevenir a infestação de piolhos a bordo. Os escravizados já deveriam estar fisicamente recuperados e bem nutridos na feitoria à chegada dos negreiros ou tumbeiros⁵, isso é retratado nas primeiras páginas da HQ, especificamente nas páginas de 5 a 7, já que após descarregar os produtos pelos quais seriam trocados, os marinheiros começam os preparativos para viagem de volta. Mattoso, também nos fala dos prazos da viagem, que eram extremamente variáveis (2016, p. 71), dependia das condições do clima, calmarias e tempestades eram igualmente temidas. Outro aspecto a ser levado

⁵ Esse nome era dado em função da mortandade que ocorria na viagem até a América, o percentual variou através do tempo, no início do processo escravista as perdas chegavam a 20%, chegando a praticamente 0% no meado do século XIX.

⁶ Ainda que haja controvérsias sobre sua real existência, afirmada apenas por Luiz Gama como sendo sua mãe. João José reis afirma que nada achou mesmo tendo feita exaustiva pesquisa sobre a Revolta dos Malês, na qual Luíza. Por outro lado ela é referenciada como quituteira que estaria envolvida tanto na Revolta dos Malês como na Sabinada (GELEDÉ - https://www.geledes.org.br/luisa-mahin/?gclid=Cj0KCQiA2NXTBR-DoARIsAJRivLzmJFAI1Nolm-6P44qC2gdXQpUdkE7WYpMkaRBMEtkBcAzu0s6EskkaAmf2EALw_wcB).

em conta é o porto de onde partia a embarcação, no nosso caso, Njinga parte do porto de Luanda, então 25 dias era uma média razoavelmente certa, mas em mar revolto, com calmarias podia chegar a 45 dias, o que era constante, ou mesmo se o trajeto se originasse de Moçambique seria mais longo, como no exemplo da viagem da embarcação Progresso.

Nossa personagem após o batismo católico conforme a página 6, corroborado conforme Mattoso (2016, p. 66), recebe o nome de Tereza em Homenagem a Tereza de Souza, apelidada de Tereza de Benguela, escravizada em Benguela, também no que hoje é Angola, de etnia bantu assim como Njinga e trazida para a província do Mato Grosso. A Quilombola fundou junto com José Piolho, seu marido, o Quilombo do Quariterê ou Quilombo do Piolho, a data da fundação não se sabe ao certo, mas por volta de 1770 o referido quilombo é destruído pela primeira vez, mas há relato de que o mesmo existia desde o período inicial da mineração no final do século XVI. Em 1795 uma bandeira sai à procura de novas jazidas de ouro, negros fugidos e índios para escravizar e o Quilombo Quariterê é reencontrado e sua população presa ou dispersa, e mais uma vez o quilombo é destruído. A fertilidade da terra ajudou na produção de gêneros agricultáveis, o que causou mais espanto foi a organização tanto social como política, sendo de todos o quilombo mais organizado entre os encontrados ao longo da história brasileira (GENNARI, 2011, p. 72 - 73).

Um dos grandes diferenciais desse quilombo foi a forma como era administrado, Tereza de Benguela se apoiava numa espécie de parlamento, um conselho consultivo e deliberativo que discutia as decisões a serem tomadas. Não se sabe ao certo como Tereza de Benguela morreu, sabe-se que após a morte de João Piolho ela o administrava com braço forte, sendo extremamente rígida quanto ao segredo da localização do quilombo, usando até a pena de morte. Quando o quilombo foi invadido e seus membros presos, algumas versões afirmam que Tereza teria morrido por inanição, se recusando a comer durante a prisão pelos bandeirantes, outras afirmam que ela, na iminência da prisão, teria ingerido ervas venenosas, suicidando-se para não ser presa. De qualquer forma, é uma excepcional referência na luta contra a escravidão, e por ser mulher, possui uma representatividade ainda maior na construção de uma visibilidade maior das mulheres no período escravista e na História. Muitas heroínas tanto africanas como brasileiras poderia ser utilizadas como: Luíza Mahin⁶, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Zacimba e tantas outras que possuíram papel relevante, mas negado pela historiografia.

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

6. A VIAGEM NO TUMBEIRO

As embarcações que faziam o transporte de escravos na travessia transatlântica eram muitas, há uma grande variedade de fotos, maquetes e modelos de negreiros que mostram desde o tamanho à disponibilidade de como os escravos eram organizados dentro da embarcação. Tomaremos por base o negreiro Progresso, mencionado anteriormente; um tumbeiro que teve grande visibilidade quando é apreendido pela marinha de guerra inglesa, narrada na obra “Cinquenta Dias a Bordo de um Navio Negreiro” de Grenfell Hill, clérigo inglês, testemunha ocular que narra com rispidez as condições em que os escravos eram transportados da África para a América. O Progresso é visto pela primeira vez em 31 de março de 1842 pelo H. M. S. Cleópatra da marinha inglesa, a partir desse momento se dá uma caçada pelos ingleses à embarcação que é suspeita de tráfico negreiro, mas habilmente a embarcação consegue fugir (HILL, 2008, p. 56). Posteriormente fora encurralado e apresado com 447 escravos, sendo desses 213 crianças, do

total do quantitativo inicial 163 morreram, muitos em condições dolorosíssimas, seu destino provavelmente fosse o Rio de Janeiro à época, importante porto de distribuição, ainda que já há muitos anos o tráfico fosse proibido oficialmente (CHALHOUN, 2012, p. 46), mas não era incomum que instituições governamentais fossem usadas como armazém para guardar os escravos recém-chegados como nos relata Emílio Gennari (2011, p. 119), como quando o Coronel Vasques transforma a fortaleza de São João na entrada da baía da Guanabara em depósito de escravos em 1836, ou no do Coronel Tota que faz o mesmo em outra instalação na Baía de Botafogo de 1838 a 1839 (GENNARI, 2011, p. 118 – 119).

Por essa época a habilidade dos traficantes se apurara, conseguiam organizar 400 ou até 500 escravos amontoados em espaços mínimos, malcheirosos, com escassa alimentação e água, lutando contra as intempéries da viagem, do clima e das doenças próprias dos períodos de navegação como o escorbuto, com perdas mínimas, chegando com relativa frequência a 5% (HILL, 2008, p. 11), o que era muito eficiente, já que um corpo a mais no mar significava menos dinheiro, consequentemente menos lucro.

Recentemente foi finalmente traduzida e publicada a autobiografia de Mahommah Gardo Baquaqua, que foi escravizado no Benin, e desembarcado em Pernambuco. Ele relata que o porão onde eram confinados os escravos era tão baixo que não era possível ficar de pé; viajaram agachados ou sentados no chão, que dia e noite eram a mesma coisa, e que a crueldade com que eram tratados geraram marcas que ele carregaria por toda a vida (BAQUAQUA, 2017, p. 52). Hill detalha o cotidiano no negreiro Progresso e como dia após dia, com ingleses inábeis na condução de negreiros, iam perdendo vidas para as doenças e pela falta de acondicionamento, alimentação e hidratação (2008, p. 76).

O negreiro Progresso, descrito por Hill tinha 140 toneladas, por volta de 37 pés, 6,5 pés de largura e 3,5 pés de altura, ele mesmo afirma desconfiar dessas informações, já que foram

dadas pela tripulação encarcerada da embarcação (2008, p. 65). É sempre importante lembrar que o tráfico negreiro já estava proibido quando nossa personagem é trazida para a América Portuguesa, desde a lei 7 de novembro de 1831, portanto os traficantes sabiam da ilegalidade e também que o desembarque não podia ser a olhos vistos simplesmente, daí o fato dos escravos serem descarregados em barris em praias com pouca circulação de pessoas e com a conivência de fazendeiros cujas propriedades fossem próximas ao litoral e longe das autoridades. Havia também os instrutores que adestravam os africanos a falar algumas palavras em português para simular um tempo de permanência extenso e anterior a promulgação de lei de novembro de 1831 (GENNARI, 2011 p. 118). Na nossa HQ nossa personagem passará pelo processo que todos os africanos passaram até chegar ao destino final, o Recôncavo baiano.

Na figura abaixo mostra uma representação da maneira como os escravizados eram acondicionados nos navios negreiros, percebe-se na parte do calado do navio que boa parte do espaço físico da embarcação é destinada aos víveres para a viagem, tanto para os africanos quanto para a tripulação. Já o espaço reservado aos negros possui o teto muito baixo para que possam ficar em pé, então durante toda a viagem eles permaneciam deitados ou agachados numa posição incômoda e dolorosa. Depois de dias no trajeto, com fezes e os mortos no mesmo espaço, o odor pútrido da sujeira eram insuportáveis, respirar era quase impossível.

FIGURA 1: Organização do navio negreiro



FONTE: Imagem disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro. Acesso em: 25/5/2018.



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

7. A CHEGADA EM SALVADOR

A chegada à cidade de Salvador na HQ ocorre na página 9, acontece à noite e os escravos são desembarcados em uma praia afastada, na Barra, distante do movimentado porto da cidade. A escolha de Salvador se dá pelo constante fluxo escravo que ocorreu desde a fundação da cidade como sede do Governo Geral em 1549, e nunca é demais lembrar, o surgimento da Capitania de Sergipe d'El Rey aconteceu em função da associação de índios com os franceses e a resistência deste à colonização portuguesa, distante do litoral, com a fundação da cidade de São Cristóvão por Cristóvão de Barros após vencer os tupinambás em 1590, como nos conta Antonieta d'Aguiar Nunes na obra "Conhecendo a História da Bahia: da pré-história até 1815" (2013, p. 153-155). A profunda imbricação da Igreja Católica com o Estado Português na posse da colônia legitima os protestos dos jesuítas contra a escravidão dos indígenas, objeto de catequese, ao que inclusive apontam uma possível solução: a importação de escravos africanos. Portanto a escolha da

ida de nossa personagem para a Cidade de Salvador, se deu por motivos óbvios, até porque toda a produção açucareira que ocorrera nos séculos XVIII e XIX na província de Sergipe era escoada através do porto de Salvador, mesmo após a independência da província em 1820. A dependência só foi sanada definitivamente em 1855 com a inauguração do porto da nova capital transferida com essa finalidade para Santo Antônio do Aracaju (AMARAL, 2011, p. 34).

Após a chegada e a vistoria pelos proprietários ainda na embarcação, as "peças" são negociadas e distribuídas aos seus respectivos donos; o que não é tão mencionado é que desde 1831 quando é sancionada uma lei que proíbe o tráfico transatlântico, fato citado tanto por Gennari (2011, p. 118), como por Shalhoub (2012, p. 46), na bibliografia referenciada, o tráfico não foi interrompido, mas o lucro dos negociantes de escravo aumentou, por causa do aumento dos riscos. Evidentemente essa lei foi feita apenas "para inglês ver" já que após a promulgação o tráfico cessou, mas com a percepção dos traficantes com apoio do poder público, o comércio retomou a todo vapor alguns anos depois, até a promulgação de outra lei, a Lei Euzébio de Queirós, de 1850 que (mais uma vez) proibia o tráfico negreiro, sendo este comércio operante até por volta de 1856, quando finalmente o comércio escravo teve seu fim. Nossa personagem assim como Mahommah Gardo Baquaqua (2017, p. 54) é negociada ainda na embarcação, no nosso caso, no negreiro Progresso, e é desembarcada junto com centenas de escravos numa praia distante dos olhares mais curiosos ou dos que pudessem criar algum problema.

Salvador não será seu destino definitivo, Tereza é levada para um engenho no Recôncavo baiano, nas imediações que atualmente fica entre São Tomé de Paripe, Ilha de Maré e a cidade de Candeias, o distrito de Cabôto pertencente a Candeias, distante 52 km de Salvador via BR 324. O Engenho Freguesia era um engenho pertencente a Antônio da Rocha Pita Argolo, que o adquiriu comprando as partes dos herdeiros de Cristóvão da Rocha Pita, um engenho já centenário. Foi parcialmente destruído na invasão holandesa à cidade de Sal-

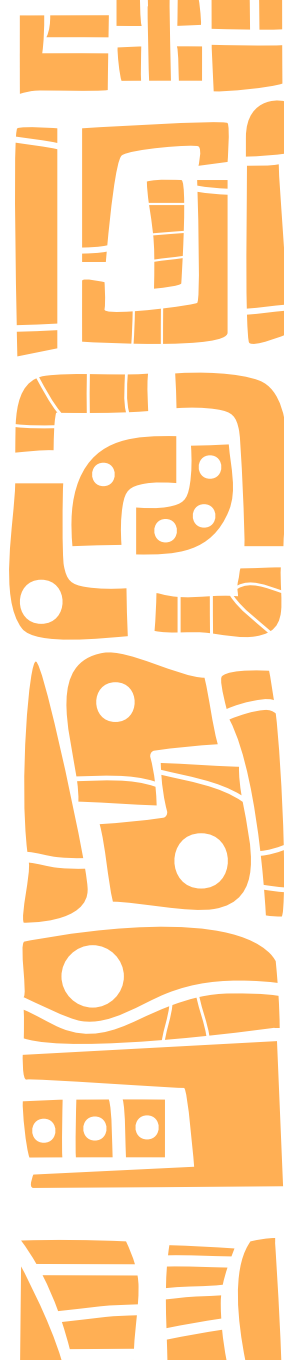
vador em 1624, onde teve sua área de purgar destruída, assim como as senzalas; posteriormente reconstruída, se manteve em funcionamento até o início do século XX, foi tombado pelo recém-criado IPHAN⁷, em 1944⁸, transformando em museu em 1971. Devidamente tombado, ficou aberto ao público durante pouco tempo, o acesso é bastante problemático, já que fica num distrito do município e não há sinalização de acesso, justamente pelo isolamento ficou vulnerável a ação de vândalos; por falta de manutenção o prédio ameaça cair, principalmente o assoalho de madeira, já que nos sobrados coloniais o piso superior é totalmente de madeira, com o apodrecimento das vigas e tábuas tudo está prestes a ruir, mesmo tendo sido feita uma restauração emergencial em 2004, informa Alexandre Lyrio, jornalista do CORREIO* (2014). Atualmente o museu está mais uma vez abandonado, a única característica que possui de que recebe proteção dos órgãos públicos é a presença constante de vigilantes patrimoniais de uma empresa privada para guardar o local. Em 1991 por estar num local isolado e de frágil segurança, o museu foi roubado; o acervo era composto por indumentária, cerâmica, prataria, instrumentos de tecnologia rural imperial e instrumentos de suplício⁹. Os criminosos se apossaram da prataria, assim como as peças em ouro maciço e outros objetos, a polícia recuperou alguns artefatos, mas muitos jamais foram achados. Em decorrência do fato, os outros objetos de arte, principalmente sacra e muitas outras peças usadas na prisão e suplício dos escravos à época, ainda farto patrimônio cultural, foi levado para dois lugares: o Solar Ferrão no Pelourinho e o Palácio da Aclamação no bairro do Campo Grande, centro de Salvador (LYRIO, 2014). Os bandidos foram após alguns dias presos e encaminhados à reclusão. É provável que as peças tenham sido fundidas e transformadas em lingotes, portanto perdidas; até porque não é a matéria prima o primordial, mas a historicidade e os adornos que retratam as características de uma época ou os vestígios que conduzam a conclusões sobre cultura, crenças, etc. Dessa forma, peças de valor inestimável para o patrimônio nacional foram perdidas.

É para lá que Tereza é levada, a princípio ela teria funções domésticas, não que houvesse rigorosamente uma divisão de funções baseado no sexo, mas era comum às mulheres mais afeiçoadas serem levadas para servir na casa grande. O problema é que nossa personagem não se adapta a vida doméstica, o que é compreensível, ela era filha do chefe da sua comunidade, uma princesa. Ainda que num sistema patriarcal como no africano e em tantos outros, ela tinha outras características nos modos de ser e viver. A beleza de Tereza não tarda a lhe causar problemas, seu senhor começa os assédios a moça. É bem sabido

⁷ <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fechados-ha-mais-de-uma-decada-museus-sofrem-com-abandono/>.

⁸ Ibid.

⁹ <http://www.ipac.ba.gov.br/museus>. Acesso em: 09/02/2018.



que na complexa relação entre senhores e escravas, alguns casos se dão por relações forçadas e em outras de concubinato, o que não agradava principalmente as esposas. Relações inter-raciais eram muito mal vistas pelas autoridades eclesiásticas (MATTOSO, 2016, 158), mas eram largamente praticadas. É daí que se inicia a longa tradição de miscigenação racial. Alguns senhores reconheceram a paternidade, seja em vida ou no leito de morte, inclusive Mattoso afirma a existência leis específicas para regulamentar a prática de libertar o filho do senhor com a escrava no seu leito de morte, mas era preciso reconhecimento legal (2016, p. 199). Em tantos outros casos, aceitar os cortejos dos senhores, talvez fosse uma forma de submissão para evitar a sobrecarga de trabalho e o endurecimento do trabalho do dia-a-dia. Claudia Santiago Santos no artigo “Escravas do desejo. Estratégias de liberdade e sobrevivência na sociedade escravista” (2015) relata as artimanhas das escravas em se submeter aos seus senhores em busca de condições menos abrasivas de trabalho e vida, visando a manumissão de si e dos filhos, muitos desses com os referidos senhores. Nossa personagem, Tereza, em sua origem foi uma criança, depois adolescente livre e acostumada à vida na sua comunidade, nos treinamentos para as batalhas e no campo, com absoluta liberdade, seria difícil aceitar uma mudança tão grande de mentalidade, o que nos parece que nos casos anteriores ocorreram com escravas ladinas, o que já estabelecia uma adaptação social muito maior em relação aos escravos boçais.

Nossa personagem não é prendada, por isso é costumeiro deixar escapar um prato ou uma xícara na hora de lavar a louça, o que aborrece profundamente a sinhazinha, até que lhe falta a paciência¹⁰, e seu marido a envia para a lida do corte de cana na lavoura, evidentemente isso não é apenas por causa da louça, o interesse do senhor sobre a escrava incomoda a esposa do seu senhor, manter a escrava longe das vistas do senhor era fundamental. Ao procurar nossa personagem no canavial e tentar seduzi-la, ao que ela não cede, e como era prática comum o estupro e a violência sexual contra as escravas¹¹ ele insiste, só que nossa personagem Tereza antes do cativoiro fora treinada na arte da guerra por seu pai ainda quando era a princesa Nzinga, ela o subjuga, mas com uma pistola escondida na cintura pelas costas, a ameaça e consegue seu intuito, com raiva e extrema violência Tereza é forçada sexualmente, ainda que tente resistir, o cano da arma na sua têmpora lhe avisa que por mais que seja repugnante e indesejado, ceder é a única forma de resistir e continuar viva.

¹⁰ É difícil afirmar se era mero descuido, negligência ou intencional, já que ao contrário do que afirmavam alguns intelectuais como Sidney Chalhoub (2015 p. 236), Sharyse Amaral (2012, p. 198), e Kátia Mattoso (2016, p. 174) representavam em muitos casos atos de resistência ao cativoiro e há ainda ecos que os repetem, os escravos africanos são tidos como passivos e sujeitos à escravidão, uma das formas de resistência era sabotar o trabalho que faziam, deixar cair a louça, quebrar máquinas no engenho, “perder” o ponto do açúcar, roubar parte da produção e vendê-la por fora e até incendiar o canavial, etc., tudo isso fazia parte da resistência dos escravizados contra seus senhores.

¹¹ É preciso compreender o contexto do que era a violência sexual no século XIX, o termo estupro não é o mais apropriado, já que a escrava era uma propriedade e os senhores detinham posse e direitos sobre elas, mas, por outro lado, é a melhor forma para fazer compreender o ato sem atenuar sua gravidade diante da mentalidade de quem lê este texto e que não domina as particularidades historiográficas. Não que a violência sexual fosse lícita, mas na mentalidade dos senhores, que usavam de prerrogativas feudais e se constituíam a lei em suas fazendas. A temática é complexidade, são inúmeros os casos de relações não consentidas que se perpetuaram com a autoridade e uso do senhor, como também de relações afetuosas entre senhores e escravas, que propiciaram casos de alforrias, heranças, concubinatos, até casamentos, tudo evidentemente à margem da lei e dos “bons costumes”, já que muitos também eram os casos de ciúmes das sinhas e agressões das escravas amasiadas, cheias de ousadias dadas na relação com o senhor à senhoras que chegavam às vias de fato, reprimidas pela sociedade mas com o aval dos senhores enamorados pelas suas escravas.

Após o fatídico acontecimento, Tereza volta para senzala onde recebe cuidado das escravas mais velhas, com porções de ervas, possivelmente usadas por elas, em suas próprias experiências, sabe-se que isso era comum no Brasil escravista e que durou muito tempo. Há inúmeros relatos como no artigo de Suely Creusa Cordeiro de Almeida “Os dois lados da moeda: Sexualidade e intimidade entre senhores e escravos Pernambuco no século XVIII” (2009), que havia todo tipo de arranjos amorosos entre senhores e escravas, os senhores por serem donos das escravas sentiam-se no direito sobre seus corpos tanto quanto da mão de obra; em alguns casos as relações eram duradouras, noutras sempre forçadas, ainda que as autoridades tivessem informações dos acontecimentos, e soubessem inclusive dos direitos das escravas, em caso de prostituição imposta por seus senhores, o que também ocorria, se comprovada deveria ser liberta, como nos informa Chalhoub em “Visões de Liberdade” (2011, p. 190), isso ainda sob a égide do direito romano. Para que a escrava tivesse seu direito efetivo era necessário que ela soubesse dele, o que raramente ocorria antes do meado do século XIX, por outro lado o escravo não possuía plena autonomia de personalidade jurídica, portanto, não poderia ser autor ou autora em processos judiciais; era necessário que um branco assumisse a tutela da causa, e a responsabilidade pelo andamento do processo, por isso, nas páginas finais da HQ nossa personagem precisa da ajuda de um cidadão, que será hipoteticamente Francisco José Alves, conhecido abolicionista sergipano. Intervenções na justiça é coisa que só se tronará comum após o movimento abolicionista, na segunda metade do século XIX, além das circunstâncias para isso serem extremamente relevantes, escravos urbanos possuíam mais acesso a informação de direitos e a quem se dispusesse a defendê-los, por isso os caminhos da personagem obrigatoriamente passam por um centro urbano, nesse caso Aracaju. Nisso as redes de solidariedade eram essenciais, já que muito raramente um escravo sabia ler, conhecimento de direitos era passado uns para os outros nas relações de amizade e nas rodas de conversas, por isso, na página 45, alguém lê o jornal para a personagem; os escravos da zona rural permaneciam longe da efervescência das novidades que agitavam o mundo da escravidão no século XIX, onde a maior resistência foi o aquilombamento, as fugas para as matas ou ajuntamentos já conhecidos. No caso de nossa personagem e de tantas outras mulheres, o isolamento e os poucos meios de comunicação são aliados dos senhores, que são praticamente absolutos quanto à lei e a ordem nos engenhos.

No outro dia pela manhã os escravos são convocados para o trabalho e Tereza ainda que não estivesse recuperada é obrigada a lida no canavial, como era comum não só com os doentes, mas também como as recém-paridas, que eram obrigadas a amamentar, cuidar das crianças e dar conta da mesma produção diária na lida. Cabiam às redes de solidariedade, os malungos, normalmente da mesma etnia, apoiar e ajudar no trabalho até que a recuperação em labor ocorresse. Só nos anos finais da escravidão a rotina das gestantes e lactentes foi “melhorada”. Com o passar dos dias nossa personagem se recupera e segue a vida.



O tempo passa e assim como todos os escravos nos engenhos espalhados pelo Recôncavo da Bahia, Tereza se “adapta” ao regime escravista, se submetendo não pela aceitação das condições, mas porque a insurreição aberta sempre resultou em chibata, tronco e morte e aqui está um ponto importantíssimo: o sistema escravista não é chicote e castigo o tempo inteiro, caso o fosse se implodiria; havia adaptações de ambas as partes, com afirmam Mattoso (2016, p. 146) e Chalhoub em *Visões de Liberdade* (2011, p. 188). A luta dos escravos passou por muitas adaptações, e uma delas era a submissão, ainda que para diminuir a dureza do regime, que desse algum interstício de tranquilidade, ainda que essa palavra seja imprecisa para definir a situação, na verdade, não encontrei uma adequada que o fizesse. Se submeter significava apanhar menos, ser menos punido enquanto se pensava em algo mais efetivo, já que a rebeldia pura e simples aumentava o rigor, a vigilância e os açoites para exemplar a todos os outros. Com os assédios frequentes, em uma dessas relações nossa personagem reage, e com uma faca escondida fere o seu senhor no rosto, ao que depois numa fuga desenfreada canaviais à fora, com quedas ao longo do caminho, e como não havia plano para uma evasão efetiva, logo o senhor cheio de raiva, põe todo o contingente de capatazes da fazenda à procura da escrava fugida, que logo é encontrada e imediatamente levada ao tronco, onde é açoitada e punida pelo seu ato de rebeldia; não é preciso dar muitos detalhes sobre essa cena, talvez uma das, ou a mais conhecida da escravidão: o escravo no tronco. No caso da nossa personagem é a primeira vez que ela vai para o tronco com uma punição severa, já no século XIX as punições debilitantes aos escravos sempre passavam pela ideia de prejuízo do senhor. Voltando à personagem, suas costas serão dilaceradas à base da chicotada, que evidentemente tem como executor outro escravo, como era comum nesse tipo de punição, largamente mostrados nos quadros de Debret, filmes e toda sorte de livros. É uma cena por si só violenta, e não faltam críticas aos materiais didáticos com cenas desse teor. Fiquei um tanto receoso pela violência, apesar de constar cenas de desmembramento, moqueagem e antropofagia na HQ *Hans Staden – Um Aventureiro no Novo Mundo* de Jô Oliveira (2013, p. 56 – 58), e de ser livro distribuído pelo programa PNBE, não entraremos nessa ceara, se for o caso limitaremos a faixa etária para a recomendação da leitura, mas o fato é que numa história de escravidão onde contenha imagens não poderia faltar os açoites e relacioná-los aos motivos.

A época da colheita era particularmente dura, como nos conta Mattoso (2016, p. 145), com até 17 horas de trabalho. A cana após o corte começava a desidratar, o que significava perder dinheiro, já que começava a secar, por isso era imediatamente beneficiada para maior produtividade num trabalho intenso, que entrava madrugada adentro, sem hora para acabar. Era particularmente insalubre para os que mexiam os tachos de cobre, superaquecidos expostos por horas ao calor mesmo com revezamento de funções era uma rotina muito dura, e para os que carregavam lenha para o fogo com que alimentavam as fornalhas para cozinhar o caldo da cana, era ainda pior.



Na sociedade escravista os atos de rebeldia podiam ser diversos, nem sempre as resistências eram explícitas ou documentadas, por isso é difícil ir além dos açoites no tronco ou o uso de gargalheira ou máscara de frande, etc. As punições variavam e uma delas era a venda para fora do círculo de amizades e de solidariedade construído com as relações sociais dos escravos, largamente utilizada pelos senhores sergipanos como nos conta Sharyse (2016, p. 185), por isso optei por fazer duas colocações numa mesma ação: uma foi mostrar uma das punições possíveis para os escravos rebeldes, funcionava como punição ao escravo e livrar-se de um rebelde dentro do grupo, Baquaqua também vive isso, (2017, p. 56). Pode soar um tanto estranho o fato do escravo não querer ser vendido, mas o temor existia, isso porque poderia acontecer, e seu senhor buscava justamente isso, dele ser vendido a outro senhor ainda mais cruel e num lugar onde não havia a rede de solidariedade que o ajudasse.

Outro fato é mostrar a forma mais recorrente dos escravos chegarem à província de Sergipe, tanto o porto de desembarque dos escravos como o escoamento da produção açucareira de Sergipe era feito por Salvador, ainda que desembarques clandestinos ocorressem na Ilha de Itaparica ou em outros pontos da costa próximo a cidade; logo depois da proibição de 1831, quando esse comércio foi proibido, o trânsito ficou mais restrito, ainda que as autoridades fizessem vista grossa, sempre era uma manobra arriscada chegar com negreiros nos portos de maior movimento, por isso o desembarque passou a ocorrer em praias distantes e escravos disfarçados em barris, como mostrado na página 9 da HQ, e como afirma Amaral (2012, p. 320), daí para o Engenho Freguesia. Não encontrei em pesquisa, mas é possível que o desembarque pudesse ser feito às margens da própria propriedade do Engenho, que funcionava à beira das praias da Baía de Todos os Santos entre onde hoje é a Ilha de Maré, pertencente ao bairro de Paripe no município de Salvador e o distrito de Cabôto em Candeias. Pertencia à época da passagem da nossa personagem a Maria Luísa de “Freguesia”, filha do Barão de Cotegipe, casada com João Ferreira de Araújo Pinho (PINHO, 1982, p. 510), presidente da província de Sergipe entre 1876 e 1977, daí a escolha, em função de uma relação muito próxima da família a quem pertencia o Engenho Freguesia com Sergipe. Fora João Ferreira que, após a prisão de João Mulungu em 1876 quem anunciara o fim dos quilombos em Sergipe, um equívoco, aliás.



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

A
TRANSFERÊNCIA
PARA A
COTINGUIBA

A viagem de Salvador até a Cotinguiaba à época poderia ser feita por transporte fluvial ou a pé, ou ainda combinada, parte via embarcação outra parte a pé. Optei por esse trajeto visto não ser possível todo o trajeto via fluvial, no mais, sempre longos trajetos eram feitos andando, principalmente pelos mais pobres e escravos. Na tese de Sharyse ela conta como os quilombolas andavam por toda essa região, principalmente no depoimento de João Mulungu quando preso e confessa que andava por Capela, Divina Pastora, Siriri, nas Matas do São José, ou como se dizia: “encaminhar-se pelos matos” quando um escravo fugia definitivamente (2016, p. 178 – 179).

Após a chegada da escrava ao Engenho Triunpho, nas proximidades de Divina Pastora, pertencente a Luiz Barbosa Madureira Mainart, logo ela inicia a labuta na lida da cana-de-açúcar, sempre quando vendidos era assinalada a profissão do escravo, inclusive documentais a respeito do escravo (AMARAL, 2016 p. 94), que no caso de nossa

personagem, era lavradora. Não tarda muito para que o antigo costume dos abusos sexuais das escravas acontecesse mais uma vez, apesar de recorrente, é tema que não pude me aprofundar muito, há muitas nuances sobre sexo consentido ou não entre senhores e escravas, e não só deles, mas feitores e capitães do mato, um exemplo disso está no já referido artigo de Suely Almeida de ocorrências em Pernambuco (2009), também Chalhoub possui largos relatos sobre o tema na Corte (2011, p. 193). Há dezenas de relatos de relações consensuais que inclusive mudaram a condição social de ex-escravas e dos filhos mestiços desses casais, como o exemplo de Xica da Silva, largamente conhecido na historiografia brasileira. Só que no caso da nossa personagem, usamos a situação mais recorrente que era o sexo forçado, a princípio isso constaria na página 11, mas em conversa com o ilustrador combinamos em dividir a cena em duas páginas e imprimir mais dramaticidade. Com o espaço limitado na HQ não foi possível explorar outras nuances da sexualidade das escravas.

Pensamos em um determinado momento fazer a personagem passar como vítima da prostituição forçada por sua senhora, inclusive para elencar questões legais que permeavam a questão, mas duas questões nos limitaram e achamos por bem não usar essa circunstância, uma é que a prostituição das escravas de ganho como trabalho meeiro é largamente documentado por Chalhoub em *Visões de Liberdade* (2011, p. 190-193) e por Emilio Gennari em *Em Busca da Liberdade* (2011, p. 23), em outras partes do Brasil Colonial por outros autores como Mery Del Priore, Eduardo França Paiva, etc. Porém em Aracaju não encontrei tal situação documentada, acredito que tenha ocorrido, sendo forçado pelos senhores e senhoras ou a prostituição como meio de sobrevivência, mas o fato é que na historiografia de Sergipe não encontrei fontes seguras, apenas insinuações de casos no Beco dos Côcos ou alojados no sobrado do Vaticano, mas toda a informação é muito insipiente, por isso também fiz apenas uma insinuação na página 48, mas tão vago quanto achei na pesquisa.

Outra questão é que encontramos um caso em que uma sergipana, a forra Bárbara Gomes de Abreu e Lima fez fortuna com a prostituição de suas escravas em Minas Gerais no texto “Amuletos, práticas culturais e comércio internacional” de Eduardo França Paiva (1999), como nossa intenção é construir uma visão positiva, não segui esse caminho, até porque é uma situação muito particular, não abarca o universo das escravas. Assim como também evitei que nossa personagem possuísse escravos, fato bem comum principalmente no século XIX, inclusive por alforriados, evidentemente que do ponto de vista historiográfico seria pertinente porque ambos os fatos ocorriam, mas formar a situação na HQ a faria avançar para uma série de proposições que no espaço proposto não caberiam, sob pena de se estender demasiadamente, por isso o privilégio das situações mais genéricas da escravidão na Bahia e principalmente em Sergipe seguiram um fluxo que a própria pesquisa guiou.

Retomando a tentativa de abuso por parte de um capataz à nossa personagem, ela, como sempre arredia ao que lhe impunham, no momento em que está aparentemente cedendo à relação involuntária, num momento de distração do homem durante o ato sexual, ela reage e o domina, tomando-lhe a arma e disparando-lhe um tiro no peito. Nesse momento nossa personagem corre em direção à mata no sentido de fugir da situação que certamente lhe poria em situação de castigos cruéis como os já sofridos. É nesse momento, na página 21, em que ela, já mata a dentro, cansada e com sede, para e se agacha à beira de um rio para beber água e é surpreendida por um pequeno grupo de homens que lhe rodeiam. É o grupo de João Mulungu, conhecido escravo fugido acusado de praticar furtos, assaltos, agressões e mortes em sua luta para se manter livre.

Nessa situação hipotética, nossa personagem se associou ao grupo de João Mulungu, assim como fez Germana ou Limôa, ambas presas com seu grupo em 1876 e viveu durante algum tempo para nos relatar como era a vida nos quilombos ou como na verdade eram conhecidos os ajuntamentos de escravos em Sergipe: mocambos ou ranchos. A palavra quilombo foi muito pouco utilizada durante o período escravista em Sergipe, mocambo era mais comum, e é o termo que passamos a adotar a partir de agora. Tanto que até hoje há inúmeros povoados com esse nome, resquícios de um passado que pouco se associa à escravidão. Na página 22 Mulungu relata um pouco da vida que havia vivido como negro fugido nas Matas de São José, etc.

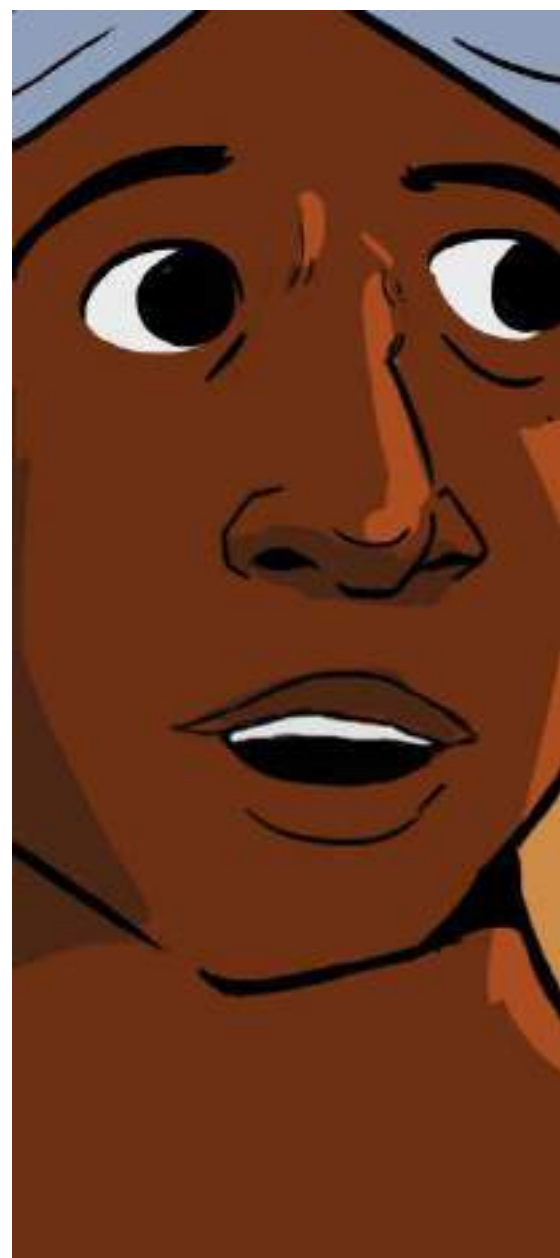
As páginas 23 e 24 retratam um exemplo da eficiência das redes de solidariedade que auxiliavam os escravos fugidos não só a se esconder, mas de se manter a um passo na frente das autoridades policiais; como no caso em que um escravo avisou que havia uma diligência marcada para vasculhar as terras da Cotinguiba em que os fugitivos estão em tempo suficientemente hábil para que todos fugissem sem que houvesse possibilidade de serem presos e devolvidos aos seus senhores, outro exemplo dessa rede interligada que mantinha os quilombolas livres se dava por causa do comércio, muitos comerciantes compravam e vendiam produtos fornecidos pelos quilombolas, mesmo sabendo que eram roubados de outros engenhos, tanto relatado por Sharyse (2106 p. 175) como por Igor da Fonseca de Oliveira na sua dissertação de mestrado “Por Não Querer Servir Ao Seu Senhor”: Os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX) (2015), relataremos isso na página 29 da HQ com mais detalhes.

Na página 25, nossa personagem faz alusão aos atos de Thereza de Benguela, que liderou o Quilombo Quariterê, ajuntamento de resistência que foi destruído pela primeira vez em 1770, com uma liderança forte e inflexível que sustentou o Quilombo do Piolho e abrigou cerca de 110 pessoas, entre negros e indígenas por muito tempo, inclusive sendo o mais organizado entre todos os destruídos pelos portugueses. O foco central, como afirma Gennari (2011, p. 73), gira em torno da segurança do quilombo; o sigilo era crucial, havendo relatos de enforcamentos, enterro de pessoas ainda vivas ou de fratura das pernas para os insubordinados ou desertores. Diferentemente dos mocambos sergipanos, o Piolho se matinha da eficiente agricultura de subsistência, tanto que quando arruinado a situação de fornecimento de alimento era melhor que nas vilas das proximidades. Nossa personagem incorpora esse espírito de liderança quando a polícia destrói o pequeno acampamento, evento na página 25. Na página 26, a marca é o incentivo à luta pela liberdade. Nisso eles continuam os furtos e roubos a objetos das fazendas para viver se disfarçando de forros nas vilas onde andavam para mercar.

Logo na página seguinte chama atenção a maneira como nossa personagem se veste para negociar os gêneros furtados nos comércios das vilas mais próximas, ela se orna muito bem, com vestidos que dão a entender que pertencia a outra classe social, usa sapatos, etc., tudo com o intuito de se passar por negra forra, se misturar à massa de alforriados já bastante presente e desviar as possíveis desconfiças a respeito de serem negros fugidos, o que no século XIX mesmo nas vilas já era difícil de se identificar, que aliás é alusão ao título do livro de Sharyse Piroupo do Amaral. "Um Pé calçado e outro no chão" vem dos seguintes versos populares: "Este João é um? "- Será ou não?", "Tatu no mato", "Com seu gibão", "Um pé calçado", "Outro no chão" (2016, p. 89). Mostrando uma sutil manifestação da hierarquia da sociedade escravista, escravos não calçavam sapato! Um pé calçado e outro no chão é justamente a liberdade precária dos fugitivos dos engenhos, ora livre e fugido, ora preso e escravo. Por isso no roteiro fiz questão de enfatizar nas ilustrações dos quilombolas em meio às vilas e na teimosia da personagem em usar sandálias já na capital Aracaju.

Nessa mesma página, a 28, ainda busquei enfatizar o apoio da Igreja e o clero católico à escravidão, quando é noticiada a prisão de Mulungu, comemoração à prisão dos "criminosos", é certo que muitos comemoraram sua prisão no Engenho Flor da Roda, pelas mãos de João Baptista da Rocha Banha, retratado ainda que tangencialmente na mesma página. Na próxima página, a 29, nossa personagem dá seguimento aos saques. Não podemos dizer que ela se trona líder do bando, mas tem certo protagonismo e continua sua cruzada em busca da manutenção da própria liberdade. Esse relato é especialmente interessante, enquanto a maioria dos mocambos eram comunidades isoladas e autossuficientes, em Sergipe essa característica muda com o passar do tempo, e estes passaram a ser o que Fonseca chamou de "quilombos volantes", não se fixavam em um local por muito tempo. Inclusive as práticas do grupo explicam a violência e os furtos. Era o meio de sobrevivência do grupo, confessadas por João Mulungu quando preso, inclusive de receber dinheiro adiantado para a encomenda do furto de determinado objeto, no caso um cavalo (AMARAL, 2016, p. 125), isso para se ter uma ideia das conjunturas de relacionamentos obtidos pelos quilombolas, aí fica mais compreensível como Mulungu esteve fugido por mais de oito anos. Mas o cerco se fechava, o que mostrou que a prisão de João Mulungu estava dentro de um cerco contra





a prática do quilombismo na província de Sergipe. Por isso não tarda que nossa personagem, que se demorou na localidade onde estava arranchada, é surpreendida à noite junto com o remanescente do grupo. Nossa personagem é presa, mas não sem resistência como é mostrado na página 30, onde é desacordada com uma coronhada de espingarda, presa, é levada à prisão acompanhada do grupo. Ela é levada desacordada com toda a truculência e desumanidade, justamente para mostrar a forma como eram tratados os escravos e escravas fugidos; ela é arrastada e levada à delegacia para prestar depoimento. É mostrado também nossa personagem retomando a consciência na cela com a cabeça lavada de sangue e na companhia de outros negros e negras de situações criminosas diversas.

O delegado colhe seu depoimento e busca a delação de outros membros do bando, como ela se recusou a falar, sendo presa em flagrante delito, já que a fuga não era enquadrada como crime no código penal, mas o ato de quilombismo, em que a companhia de cinco negros fugidos já caracterizava um mocambo, portanto passivos de prisão. Ela é açoitada no tronco para confessar seus crimes e entregar seus companheiros, e ela não se entrega; como já relatado anteriormente, o grupo não se interligava a outros quilombolas, contrário ao propagado por alguns artigos afirmando o protagonismo de João Mulungu como chefe do movimento articulado de libertação nos engenhos de Sergipe, etc., o que nunca aconteceu, muito mais se constitui como a construção de um herói aos moldes do movimento afirmativo como ocorreu com Zumbi e outros, portanto ficcional. Voltando à nossa personagem, ela é duramente surrada e humilhada pela polícia no intuito de colher elementos que possibilitem desbaratar o movimento quilombola, sem sucesso. Levada de volta à cela, sua aparência era deplorável, e mais uma vez a ajuda dos companheiros de cela é o elemento de solidariedade mais presente em meio a tanto sofrimento.

Não tarda muito e logo chega o seu senhor seu proprietário para buscá-la. À época os senhores se responsabilizavam pelos gastos dados pelos escravos presos, os senhores deveriam indenizar o estado pelos custos da estadia do preso na cadeia pública, caso o dono não aparecessem, o preso poderia ser designado para serviços públicos como forma de pagamento pelas despesas. São relatados muitos casos em que escravos cometiam crimes para serem presos e prestar serviços na prisão e não aos seus senhores, ou muitos ficavam presos pelo simples fato de não terem onde ficar, a prisão lhe proporcionava abrigo e comida, e aí pasmem, muitos forros nos centros urbanos se passavam por escravo para poderem ser abrigados na prisão e terem onde ficar.

Acertados todos os trâmites com o poder público, nossa personagem é levada para o Engenho Triunpho onde residia. Amarrada pelos pulsos e praticamente arrastada pelos capatazes de Luiz Madureira Mainard, um novo período de misto de castigo e recuperação é imposto a nossa personagem, ela fica durante um mês presa no cepo, conhecido instrumento de punição engenhos coloniais e imperiais onde a angústia da condição de escrava causa tristeza e a incerteza sobre o futuro, e um comportamento diferente se impõe a ela na labuta do dia a dia. Ela tomará uma postura semelhante à de Baquaqua (2017, p. 55), que mesmo sendo fiel nas tarefas, a todo momento ocorriam os castigos, bofetadas e açoites, daí a prática da rebeldia aberta e inconsequente, muito diferente da postura passiva afirmada durante muito tempo sobre os escravos africanos, seja como passivos naturais ou indolentes. Nossa

personagem protagonizou ajuda aos quilombolas que invadiram o engenho em que vivia na Bahia e começaram os saques a tudo que podiam levar para sustento e venda no angario de outros gêneros como armas e munição. Amaral também nos relata que os saques de autoria quilombola eram muito comuns na região da Cotinguiba (2012, p.172-173), e aqui temos um diferencial importante na historiografia da escravidão em Sergipe, ao contrário do que foi Palmares e outros quilombos conhecidos, em terras sergipanas os quilombos foram em sua grande maioria locais de permanência provisória, e seus componentes eram sempre grupos pequenos, em média quinze pessoas, ainda que essa característica tenha ocorrido também na Bahia como afirmou Flávio Gomes em seu artigo “Um Recôncavo, Dois Sertões E Vários Mocambos: Quilombos Na Capitania Da Bahia (1575-1808)” (1995), como forma de resistência e fora mostrado no Engenho Freguesia. Em Sergipe é uma característica pouco mencionada, mas que à época tirou o sossego dos moradores da região de Nossa Senhora das Dores, Capela, Japarutuba, Laranjeiras, Divina Pastora, etc. Os saques para manutenção da liberdade quilombola causava pânico entre os moradores da região, diga-se de passagem fazendeiros, principalmente porque além deles latrocínios, as agressões eram frequentes, isso se dava justamente pela transitoriedade em que permaneciam no local, não se utilizando da agricultura ou pecuária para sobreviver. Isso dificultava o trabalho da polícia no encalço dos negros fugidos, mas não só isso, Mulungu por exemplo, possuíam uma rede de solidariedade que não só comprava mercadorias, mas ainda as encomendava adiantando-lhe certas quantias para serem abatidas no ato da entrega dos referidos produtos, renda com a qual além da sobrevivência também possibilitava a aquisição roupas finas e cortejar várias mulheres, como o próprio confessou em depoimento à polícia após sua prisão em 1876 por Rocha Banha.

Nossa personagem, e não só ela, já que na senzala escondiam pertences furtados da casa grande para ajudar aos companheiros fugitivos, se associa diretamente ao movimento quilombola da região, já com a vivência de quem começa a se esgueirar pelas brechas da imposição senhorial, cometendo delitos mais sutis e passivos de impunidade, como na página 14, em ocorrência na Bahia, toda essa dinâmica será mostrada e protagonizada por nossa personagem mais à frente nas páginas 34 e 35, em alusão aos “crimes” cometidos por Germana na companhia do grupo quilombola, também presa em 1876; desde os saques dos quilombolas à solidariedade dos escravos da fazenda. O fato é que o Engenho Triunpho em 1976 foi saqueado, seu proprietário tomado como refém, a quem só é restituída a posse após a intervenção policial, como nos relata Sharyse (2016, p. 176 – 177). O que posteriormente é averiguado pelo senhor da fazenda, Luiz Madureira Mainart; sendo um “crime” de difícil comprovação, e nesse caso apenas no campo da punição exemplar, com ela é das mais novas na fazenda, seu senhor resolve fazê-la de exemplo pelo mal feito sem autoria. Lhe é posta a máscara de frande na página 35, associando o feito ao roubo de comida, uma punição comum para os escravos que são pegos nessa prática; como o escravo é impedido de comer, nossa personagem emagrece e tem seu corpo muito debilitado pela magreza e pela fome.



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

9. FINAL DA HISTÓRIA

A vinda da personagem para Aracaju decorre em primeiro lugar em função da transferência para um engenho em Nossa Senhora do Socorro, em que nossa personagem foi vendida, mais uma vez como punição por causa do envolvimento com quilombolas, “rebeldia” a que se acostumara com a vida em liberdade, ainda que temporária e precária; nessa nova morada seu novo senhor é mais flexível que o antigo. O intuito é mostrar que a escravidão não possuía uma mentalidade homogênea, mas que a partir de meados do século XIX a sociedade sergipana começava os primeiros ensaios do movimento abolicionista, é importante destacar que nações da Europa, principalmente a Inglaterra pressionavam o governo brasileiro para pôr um fim a escravidão.

Nos autos do processo contra Mulungu, um fato chama a atenção: era frequente pouso do referido escravo e seu bando no Engenho Limeira (AMARAL, 2016, p. 173-174), no processo não é claro quanto ao “coito” a esse bando de foras da lei, o que é questionado inclusive por Rocha

Banha como empecilho para a prisão dos meliantes fugitivos que desconfiava que lá se escondiam; em momento algum o posicionamento quanto ao lado abolicionista do proprietário desse engenho é transparente, mas ele não está sozinho, o juiz da cidade de Rosário do Catete, ao que diziam, são “chegados”, tanto que diante da insistência e das investigações de Rocha Banha, não demora muito o referido alferes “misteriosamente” é transferido para distante dos processos dessa região, por isso nos pareceu importante mostrar outro lado dos senhores de engenho e de autoridades do judiciário como esses senhores, o nome de proprietário do Engenho Limeira é citado por Igor Oliveira, é João Maria de Araújo Nabuco (2015, p.164), e o juiz municipal era o Dr. Jesuíno José Gomes (AMARAL, 2016, p. 175), que mesmo na penumbra da história desempenharam um papel relevante na vida de alguns africanos e crioulos da Cotinguiba.

Na página 33, é mostrada a reinserção da nossa personagem na rotina do engenho, dessa vez como castigo ela é posta para um dos trabalhos mais insalubres do engenho, alimentar a fornalha onde se cozinhava o caldo da cana, com um calor excruciante e com porções de água regradas pelo capataz. Ainda nessa página são retratados outros escravos na borda inferior uma dança ao redor da fogueira, um dos poucos momentos de lazer nas senzalas, até para fazer compreender que a vida do escravo era sofrida, o que não resta dúvida, que o objetivo de qualquer escravo ou escrava era a liberdade, mas havia momentos em que havia diversão, com bebidas e a alegria, ainda que efêmera, existia; não fosse assim, as revoltas seriam mais frequentes, o que faria do regime de trabalho escravo insuportável e com pouco tempo de exploração tão intensa, Mattoso nos esclarece isso (2016, p. 146), terminaria por implodir todo o sistema, até para fazer um contraponto com a tradição de apenas chicote na escravidão; um povo tão alegre como o africano, mesmo face a tamanho infortúnio conseguia desfrutar de breves momentos de felicidade, apesar de tudo.

Na página seguinte, a 34, logo ao amanhecer os escravos na senzala são acordados abruptamente por um capataz da fazenda, em seguida nossa personagem é chamada para se apresentar à casa grande. É quando ela descobre que será vendida mais uma vez. Será retratado o ambiente cotidiano da senzala, camas de palha, altares de santos católicos e um crucifixo na parede, mostrando a fusão de culturas e os sincretismos entre as religiões de matrizes africanas e a Católica. Nesse momento a ilustração da personagem é que seja retratada ainda debilitada por causa dos acontecimentos recentes.

O fato é que esse novo senhor a compra e nossa personagem é levada para seu engenho, em seguida ela é levada ainda acorrentada pelos pulsos, mas com muito mais gentileza e bom trato, ao que admira nossa personagem. Ao longo do caminho os capatazes do novo senhor sempre oferecem água e a conduzem com delicadeza, mesmo sendo o mesmo regime escravista, existiam outras maneiras de se coagir, é uma mentalidade mais “moderna”, assumida a partir da segunda metade do século XIX, as cidades mais urbanizadas já vivem um sentimento antiescravista. Nossa personagem é bem recebida pelos antigos escravos da fazenda, e já se pode perceber escravos com corpos mais avantajados, evidência de melhor alimentação e mais respeito no trato.

No último retábulo página 35, é mostrada umas das poucas cenas engraçadas da HQ, as escravas mais velhas dão banho na nossa personagem, a cena dá um tom hilário ao banho dado numa espécie de bacia, logo em seguida ela é arrumada a vestida conforme a organização da fazenda. Na página 36 é mostrada a recepção feita pelos escravos, que se mostram felizes pelo bem-estar da recém-chegada, também é uma maneira de mostrar que nem todos os senhores tratavam seus escravos com açoites e violência, e que algumas relações eram inclusive bem afetuosas, mostradas em inventários onde os senhores ou senhoras que em muitas ocasiões alforriam o escravo ou escrava “pelos bons serviços prestados” (AMARAL, 2016, p. 244) o objetivo é causar certa estranheza nos leitores, e mostrar a escravidão como um sistema de muitas contradições.

A partir dessa página nossa personagem já começa a ter uma melhor aparência, mais corada e bem alimentada, ela cuida de tarefas que não são tão pesadas, até por estar numa recuperação lenta e de ganho de peso pelos maus tratos anteriores. Em suas tarefas, uma menina, membro da família da casa grande, vem conversar com nossa personagem, o que lhe causa estranheza, já que nenhuma criança branca havia se aproximado sem a arrogância da superioridade; nisso elas têm um breve diálogo, a intenção é mostrar nessa cena despretenhosa que o preconceito está ligado não a posições marcadas hierarquicamente na sociedade, mas que são estabelecidas pelo convívio e pela instrução.

Nessa página, a 38, será mostrada a efervescência de um centro urbano do século XIX. Aracaju ainda que cidade recém-inaugurada era a nova capital da província, cidade planejada por onde passavam as novidades ocorridas na província e no Brasil Imperial. É nesse momento que nossa personagem se encanta com a vida na cidade, negros se vestem igual aos brancos, de terno e cartola; um comércio intenso e vigoroso feito por escravas de ganho e meeiros, que se não são livres, possuem uma condição de vida um pouco melhor que a sofrida e penosa na zona rural na labuta da cana; é um universo novo para nossa personagem que nunca havia visto tanta gente reunida com tanta proximidade. As escravas mais velhas

já acostumadas a esse convívio trocam informações com os conhecidos e sabem das últimas novidades do movimento abolicionista, da promulgação de leis que sacodem o cenário da sociedade escravista brasileira. É aqui que nossa personagem fica sabendo dos processos de alforria e de compra de liberdade pelos próprios escravos, da necessidade da autorização dos senhores para o acúmulo de pecúlio, e da possibilidade de ser uma “pessoa livre”, sem chicote, sem tronco, sem palmatória, etc. (OLIVEIRA, 2015 p. 35).

Na volta para a fazenda nossa personagem vem pensando em todas as coisas que viu em Santo Antônio do Aracaju, e da esperança de uma vida melhor se alforriada. Nossa personagem assim que tem oportunidade conversa com seu senhor na fazenda, uma pessoa enigmática, mas que ouve e a respeita; sua solicitação é que ela possa usar um pedaço de terra nua e plantar alguns gêneros agrícolas para negociar nas feiras e adquirir alguns fundos que lhe permitam construir um pecúlio, ao fato que o senhor da fazenda permite, desde que ela o faça nos dias de domingo e em dias santos, de maneira a não comprometer o funcionamento do engenho. Nossa personagem começa o plantio de gêneros que possibilitem essa renda, e claro, o início dessa renda só ocorre depois de meses quando o que é plantado começa a dar frutos e serem levados para a feira.

A pesar do trabalho duro, nossa personagem consegue se articular no sentido de possuir uma renda para compra da liberdade, é a primeira vez na vida depois da travessia atlântica que ela sente que existe alguma esperança. O aipim é um dos produtos mais usados para a venda. Num dos quadros dessa página nossa personagem é retratada negociando com um português os aipins colhidos, muito semelhante a ilustrações dos quadros de Debret e outros, sabe-se que as mulheres acabaram tendo mais facilidade para conseguir a alforria baseado nesses pequenos trabalhos de produção e comercialização (AMARAL, 2016, p. 96 - 97).

Na página 42, ocorrerá um fato que mudará completamente as perspectivas de liberdade de nossa personagem, o senhor da fazenda falece, então será mostrado um pouco do contexto econômico em relação ao açúcar em decadência, é uma época de queda do preço e da produção de açúcar. Também é nesse período que serão retratadas muitas complicações para o regime escravista com a promulgação da lei 2040/71, a Lei do Ventre Livre (CHALHOUB, 2011, p. 137), serão informações como essas que são comentadas nas feiras. A morte do senhor traz complicação para os planos da nossa personagem.

Na página 43, as complicações continuam, ela descobre que o valor acertado por sua compra ainda não havia sido

totalmente pago e que o engenho estava em dificuldades, e com muitas dívidas; nesses argumentos será exposto que a escravaria não poderia ser penhorada pela lei em 1864 conforme Mattoso (2016, p. 206), mas sim a produção, por isso deve trabalhar para pagar a parte que falta e ainda comprar a própria liberdade, sob pena de voltar para seu antigo senhor. Ainda nessa página os escravos vão discutir sobre sua situação incerta, muitos decidem ficar mesmo em caso de alforria incondicional. É inegável que ao longo do período escravista,



relações afetivas tivessem sido construídas entre senhores e escravos, daí após a Lei Áurea muitos ex-cativos tenham permanecido nos locais onde trabalhavam como escravos, talvez isso não desse a ideia de que a liberdade ocorrera, a crítica de Machado de Assis sobre o “bom Pancrácio” citada por Chalhoub (2011, p. 141), dá uma ideia de como os senhores buscaram estender seu domínio sobre os seus cativos de modo persuasivo e sutil, pretendemos elencar essa problemática para que o leitor se questione como alguém podendo ser livre e ir embora escolhe ficar com seu antigo senhor.

Na página 44, nossa personagem é mostrada com os primeiros frutos do seu trabalho como produtora agrícola e da mulher que buscava o acúmulo pecuniário e daí à liberdade. É largamente mostrada e relatada a tradição africana de mulheres comerciantes, nossa personagem segue essa linha, outras mulheres fazem quitutes, lavam roupa, servem como amas de leite, se prostituíam, etc., fazem tudo ao alcance para conseguir a liberdade de si, do marido ou esposa, dos filhos, dos pais e por aí vai (AMARAL, 2016, p. 215). Como nossa personagem, agora tem duplo objetivo, lhe é dado mais tempo para trabalhar na feira e acumular dinheiro e ainda pagar os jornais a sua senhora, para isso ela não pode ir e voltar todos os dias à feira de Santo Antônio do Aracaju, por isso as companheiras da feira ajudam a conseguir um lugar para ficar na cidade. É um quarto pequeno, pobre, sujo, mas é uma forma de autonomia, ainda assim é um primeiro passo. Achei importante mostrar a autonomia que os escravos poderiam ter em ambiente urbano e desfazer a ideia de escravos sempre acorrentados.

Depois de muitos dias de trabalho e se habituando a viver na efervescência do comércio, nossa personagem é surpreendida com algo que lhe chama atenção nos anúncios do jornal: os efeitos da Lei do Ventre Livre; nessa cena fica aparente que nossa personagem não sabia ler, como a maioria esmagadora da escravaria brasileira, e é nesse momento que ela se depara com uma figura muito conhecida do movimento abolicionista de Sergipe, que a ajuda com as letras: José Francisco Alves, fundador da Sociedade Libertadora Cabana do Pai Tomás, que acabara de voltar da Guerra do Paraguai. Nossa personagem aproveita a oportunidade para lhe fazer uma série de questionamentos, já que era difícil que um homem branco, em plena rua, desse atenção e respeito a uma escrava. A amizade ficcional entre nossa personagem e José Francisco Álvares rende informações e uma perspectiva legal e real a ser seguida por nossa personagem, ela passa a conhecer melhor seus direitos, e soube que mesmo sendo escrava, desde meados do século XIX muitas leis e benefícios já poderiam ser desfrutados pelos escravos, também é nesse momento que ela é informada que o regime escravista está por um “fio”.

Na página seguinte ela é retratada no canavial, uma maneira de alertar o leitor que o cativeiro ainda não havia acabado, que mesmo estando na cidade para vender os produtos da roça, a terra pertencia a sua senhora, portanto ela continuaria dependente e oprimida pelo sistema escravista, e feito em acordo com sua senhora. À época os escravos para saírem depois das 19hs precisavam de uma autorização emitida pelo seu senhor com data do mesmo dia, com a afirmativa de que podia andar na rua naquele horário (CHALHOUB, 2011, p. 291), até para não ser confundida com escravos fugidos. Nisso ela é questionada por um policial sobre essa autorização ao que responde que não a tem, mas relata que o que fazia era com permissão de sua senhora, que recebia constantemente os jornais do seu ganho, não convencido o policial a agride e como consequência é levada para a cadeia pública; nessa

mesma página é mostrada a truculência como eram tratados os escravos ou pessoas de cor. Na página seguinte ela é chicoteada presa às grades da prisão, ainda que injustamente. A situação só é sanada quando o abolicionista traz a sinhá senhora da nossa personagem e confirma a história contada por ela, quando é então solta e posta em liberdade. É uma forma dos estudantes perceberem que se atualmente já acontece absurdos descabidos, imagine quando o regime político era escravista e permitia legalmente. Por outro lado, nos recordatórios serão elencadas as semelhanças da população da cadeia daquela época para a carcerária de hoje; muitos das periferias das grandes cidades atuais resultam de numa construção feita durante séculos de regime opressor, que empurraram pessoas para o que se vê nos noticiários.

Adiante; nossa personagem volta ao trabalho e continua o pagamento das diárias de trabalho a sua senhora, ao que esta começa a achar o dinheiro insuficiente, e insinua que uma escrava bela como ela poderia ganhar mais dinheiro de outras maneiras; esse fato, já foi assinalado sobre a prostituição das escravas na cidade de Aracaju do século XIX, apesar de ser muito comum nos centros urbanos da época, seja por escravas ou negras livres ou ainda por ex escravas que usavam suas escravas como prostitutas de ganho, objetivamente não encontrei fontes seguras que dessem bases para uma afirmação tão contundente em Aracaju.

A vida na cidade proporciona novos conhecimentos a nossa personagem, ela fica conhecendo sobre a lei que proibia a importação de escravos de novembro de 1831, ela procura José Francisco Alves para questionar o seu direito a se beneficiar da alegação de liberta por ser vítima de escravidão ilegal posterior a 1831. Ao que o abolicionista afirma ser muito difícil comprovar tais atos depois de tantos anos.

Ainda nessa página, a 49, no último quadro, nossa personagem no momento em que paga os jornais referentes a semana, paga também toda a dívida que possuía com sua senhora, por isso moedas e o saco de moedas que são depositados nas mãos da senhora caem num misto de surpresa e espanto. O olhar de admiração que será substituído pela ira da sinhá, que se explica por motivos óbvios, pagando a dívida sobre sua alforria, e ficará claro que se passaram anos após o início da lavoura até a situação atual, o poder da sinhá sobre nossa personagem acaba, esta perde sua fonte de renda e o sustento, era comum os senhores buscarem subterfúgios para estender os domínios sobre seus escravos, às vezes até depois que os alforriava, eram as chamadas liberdades condicionais, que a lei permitiam até quatorze anos de servidão (CHALHOUB, 2011, p. 293), ou seja, um prolongamento da escravidão (CHALHOUB, 2011, p. 140). Na página seguinte a sinhá afirmará que o valor não está certo e que a carta de alforria não será dada, que a personagem deve continuar o trabalho para pagar toda a dívida. Como a negociação é na casa grande, a sinhá começa a gritar, simular ser agredida e acusa nossa personagem pelas agressões, nossa personagem foge pela janela e mais uma vez está foragida e sendo caçada pelos capatazes da fazenda.

Na página 51, ela novamente busca a figura de José Alves e conta os últimos acontecimentos ocorridos consigo, nesse momento entram em ação os conhecimentos do direito desse famoso rábula abolicionista de Sergipe, pouco reconhecido, mas que foi responsável pela liberdade de dezenas de escravos na província. Nesse momento a história se acelera, mostrando uma cena numa audiência, a disputa judicial de nossa personagem pela sua liberdade, paga, mas não reconhecida pela sua senhora, que desejava um recebimento de jornais

perpétuo, como alegara Francisco Alves, como se a dívida de Thereza nunca pudesse ser paga, nisso, o leitor deve perceber que os senhores, também na província de Sergipe lutaram contra a abolição até o final, se apegaram a todas as possibilidades de manter seus escravos e seus privilégios. Isso já não estava ligado apenas ao sistema produtivo, já fazia tempo que se sabia que o sistema assalariado era mais lucrativo que o escravista, os holandeses o provaram com o açúcar antilhano. Era por apego a um sistema tradicional em que os senhores não sabiam e não queriam saber de alternativas a submeter os africanos e afrodescendentes a servidão.

Na página 52, última página da nossa história, nossa personagem comemora a liberdade decidida judicialmente, o que de fato ocorria muito naquela época, Sharyse (2012), Sidney Chalhoub (2011), Kátia Mattoso (2016), Ariosvaldo Figueiredo (2001), Emilio Gennari (2011), Igor Fonseca (2015), Flávio Gomes (2011) e tantos outros dão inúmeros exemplos de como a justiça, nessa época, já era mais favorável a libertação que a manutenção do escravismo, por questões que ultrapassavam as fronteiras do Brasil Império, e que nem sempre eram tão claras; haja vista que nossa personagem consegue comprar a liberdade com esforço e trabalho; fiz questão que no desenrolar da história ficasse bem claro que a liberdade de nossa personagem, como foi a de milhares de africanos e afrodescendentes foi conquistada com luta e trabalho, e não fruto de uma indulgência dada de maneira graciosa, e ainda exaltando o elemento civilizador branco.

A escravidão já era um sistema muito mal visto pelos países do restante do mundo, ao menos aos quais nós à época dependíamos, como a Inglaterra e os Estados Unidos, mas no meado do século XIX boa parte das nações já havia abolido a escravidão, nós realmente ficamos por último. Eu não sustentaria o argumento da vergonha de sermos os últimos, é irrelevante. Mas a questão seria por que fomos os últimos? Quais mentalidades permeavam a sociedade imperial brasileira para isso? E mais importante: de fato quisemos e queremos uma mudança para equacionar a sociedade? A realidade republicana brasileira responde. Como comenta Chalhoub (2011, p. 160 - 161):

Assim como não “adquiriu” a escravidão, o escravo não “adquire” a liberdade: ele sempre conserva a liberdade “pela natureza”, de forma “latente”, e o cativoiro significa apenas que ele foi vítima de um “fato”, do arbítrio a lei positiva. Ao invés de ser uma organização normal da ordem social, a escravidão é uma invenção histórica contrária ao “direito natural”, uma violação do “estado natural do homem” inerente ao escravo.

Por isso, ainda a liberdade alforriada não seria o caso de indulgência, mas evidentemente isso está relacionado a concepção de quem concebe o pensamento, e quando estes são da classe dominante os conceitos podem se direcionar para caminhos distintos do que é razoável. Por isso muitos criticam o regime de cotas nas universidades e argumentam que estas favorecem a desigualdade e que essa “injustiça” é um retrocesso da mesma forma como foi a escravidão. Ao que parece, falta conhecimento histórico.



五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

10.

A LIBERDADE E O DESTINO

Nos últimos quadros aparecem uma incongruência: se nossa personagem agora é uma pessoa livre, por outro lado não tem como se manter, já que sua fonte de renda provinha da terra que pertencia a sua ex senhora, o direito a acúmulo de pecúlio sem a permissão dos senhores adquirido após a Lei do Ventre Livre em 1871, proporcionou um cisma. Nossa personagem ficou sem ter para onde ir, jamais poderia voltar às terras de onde tirava seu sustento e suas economias foram investidas na alforria. As ações de solidariedade entre os escravos e ex escravos sempre foram muito forte, não se sabe exatamente até onde essa solidariedade se estendeu (MATTOSO, 2016, p. 127), temática com poucos estudos mais aprofundados; por isso não foi sem motivo que nossa personagem apareceu abruptamente com o valor integral da carta de alforria; fica no “ar” a possibilidade de ela ter sido ajudada por alguém, como constam em muitos processos incompletos relatados pelos pesquisadores já citados.

O final da história talvez não seja um “final feliz” como se poderia esperar; mas como poderia ser? Se milhões de afrodescendentes são praticamente apagados dos livros didáticos, abandonados durante muito tempo pela historiografia quando foi assinada a Lei Áurea em 1888, como se a liberdade sem absolutamente nenhuma preparação ou condição para minimamente o sustento dos ex escravos, os exaltasse à condição de cidadão pleno. Mas foi justamente o contrário; o braço negro que sustentou a riqueza de Portugal, Inglaterra e depois do Brasil Imperial, já no final do século XIX passou a ser visto como motivo de atraso, decorrente das teorias eugênicas que segregaram as raças; teorias estas que sempre existiram, mas numa época de afirmação de posições de avanços dos mercados consumidores, avanços científicos, etc., se aprimoraram da ciência, distorceram-na e sistematizaram o preconceito, pregando a supressão do negro como solução para o atraso brasileiro.

Que vida aguarda nossa personagem? Quais as perspectivas para o futuro? Ela aprendeu a ler nas aulas dadas à Rua Capela pela associação de Francisco Alves? Ela continuou a viver do plantio de suas roças em outro lugar? Conseguiu uma vida melhor? Mattoso nos faz uma proposição importante em *Ser Escravo no Brasil*; seria a alforria uma miragem? (2016, p. 223). De fato, os alforriados eram respeitados como pessoas pela mesma sociedade que um dia os tiveram como escravos? Essas perguntas ficarão suspensas e certamente o leitor questionará e poderá achar o final sem sentido, já que essas perguntas não serão feitas de forma explícita, já que estão acostumados a finais felizes, que na história nem sempre existem. Caberá a eles a reflexão sobre os porquês e qual destino teve nossa personagem e o que aconteceu com seus descendentes: Joões, Marias, Lourdes, Josés, Antônio...

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

五 十 五 十 五

11.

CRIANDO A HQ

Após uma série de leituras feitas, e ideias de como eu desejava desenvolver a história, comecei a me preocupar com a ilustração das ideias da pesquisa. No princípio minha busca foi feita conforme a sugestão do professor Lucas Pinheiro do programa do PROFHISTORIA, da disciplina de Percursos e linguagens da arte no ensino de história, que foi buscar entre meus discentes do ensino médio alguém com habilidade ilustrativa; de fato é muito comum encontrar estudantes com boas habilidades. Encontrei dois estudantes, um que estava trabalhando e outro já em vias de entrar na universidade e sem tempo para meu projeto, chegaram a fazer alguns esboços, mas o trabalho precisava ser sistemático e contínuo. Decepcionado, passei a buscar na *internet* profissionais que pudessem “dar vida” a história que eu ainda idealizava.

Depois de algum tempo encontrei um site especializado em dar suporte a escritores¹², possui uma infinidade de serviços de suporte a escritores como ilustração, correção ortográfica, traduções, registros de ISBN, etc. Co-

mecei os primeiros contatos com ilustradores que tivessem experiência em HQs, já que as únicas experiências que eu possuía era a de leitor e a que eu adquirira com a leitura do livro de Gian Danton, que foi bastante instrutivo, mas insipiente; eu só queria começar a montar os roteiros após contratar o ilustrador e conversar sobre como o trabalho seria feito. Depois de examinar algumas referências no site, encontrei um rapaz chamado Mauro Martins da Paz, cujas referências eram ótimas. Conversamos, expliquei como seria o projeto, os prazos, os objetivos e pedi para que ele fizesse a capa, expliquei como queria, paguei e após o prazo, me enviou um estudo da personagem, usando os elementos que eu havia explicado. Por causa da minha inexperiência acabei deixando passar detalhes com relação ao recorte temporal, o resultado está na figura 2.

Pedi para que ele refizesse sem o turbante, já que nossa personagem vivia numa tribo africana, com pouca influência cultural de outras etnias; também pedi que ele tomasse cuidado com as vestes, já que as referidas etnias vestiam pouca roupa da cintura para cima; falei da questão moral, para que ele a ilustrasse com as características mais próximas possíveis do cotidiano tribal, que era sempre com os seios a mostra, após refazê-la ela ficou como na figura 3, dessa ilustração. Eu havia gostado, ele desenvolveu os outros detalhes, como consta na figura 4; a capa estava quase pronta.

FIGURA 2: Estudo da personagem da HQ



FONTE: Obra do desenhista Mauro Pena, 2018.

¹² <https://profissionaisdolivro.com.br/servicos>

Com acordo sobre os detalhes, firmei o contrato, passei os detalhes de outros roteiros. Não foi um começo harmonioso, já que minha falta de experiência mesmo tentando montar os *fullscripts* estava deixando passar detalhes que o ilustrador livremente preenchia com seu conhecimento, começaram alguns atritos na figura 5, feita posteriormente, onde se ilustra isso.

Como o tráfico escravo estava proibido com a lei de 7 de novembro de 1831, o transporte passa à ilegalidade, então não poderia haver símbolos da monarquia de nenhuma nação. Outra inconformidade são os cabelos da personagem que deveriam estar rapados, e também não poderia estar solta no convés da embarcação. Foi pedido para que ele consertasse, mas à revelia o fez em parte, apagou o símbolo nas velas, mas os outros detalhes ficaram da mesma forma. Demos continuidade e produzimos quinze páginas, algumas muito boas e outras com muitos erros historiográficos.

Sanados os atritos, ainda que alguns erros não tenham sido consertados, deixei para fazê-los no final, já que o prazo era escasso e importava que o trabalho fosse completamente feito. Mas não tardou e o ilustrador abandonou o trabalho alegando motivos pessoais. Só não foi desastroso por causa da minha antecipação; ele havia começado a ilustrar o roteiro em janeiro. Tive que recomençar a busca por outro ilustrador, agora tendo a tarefa de achar um traço que se assemelhasse com as ilustrações já feitas.

Falei do projeto com o dono de uma editora e este se dispôs a publicar a HQ, eu gostei da ideia, mas aleguei que ainda estava resolvendo o problema da ilustração, perguntei se ele conhecia algum confiável; com a afirmativa, ele me passou o contato de Ênio Matheus de Carvalho Lopes. Voltei para a mesa de negociações, falei novamente do projeto e mostrei o trabalho já feito, e o ilustrador me disse que aceitaria, mas, que os trabalhos já feitos não se encaixariam com o traço dele. A princípio pensei no oportunismo para me tirar mais dinheiro e propus que ele seguisse do meio da história e que pensaria em resolver as outras questões em outro momento. Ele fez um estudo da personagem que não gostei por questões óbvias, retratada na figura 6. Pedi para que ele refizesse com as características da raça negra africana, ele fez o esboço da figura 7; esse eu aprovei.

Ele se dispôs a fazer algumas páginas sem compromisso para que eu avaliasse. Agora com um pouco mais de experiência, fiz roteiros bem mais detalhados, sempre na perspectiva que o ilustrador é uma tábula rasa e o que seria feito seguiria minhas orientações, ao menos em tese, os resultados estão nas figuras 8 e 9.

Após os ajustes naturais e adequação ao estilo do novo ilustrador, já que ele ilustra sem haver necessidade de colorização; vi que de fato não há como aproveitar o trabalho feito pelo ilustrador anterior, também em função do estilo muito diferente. Após isso, todos os roteiros foram refeitos e melhorados, buscando ilustrar os fatos ocorridos de modo que o ilustrador sentisse como a história se desenrolaria, evitando os erros anteriores e compreendendo os objetivos educacionais a serem atingidos.

O trabalho seguia sem problemas até meados de junho. O plano era de concluir um pouco antes do prazo limite, mas com o abandono do trabalho pelo ilustrador anterior e pelo novo artista ter outra atividade profissional, usando o tempo livre para fazer nosso projeto, seria muito difícil que o projeto fosse concluído em tempo hábil, mas até então o prazo estava dentro do previsto. Porém como já citado, em meados de junho, após serem

FIGURA 3: Estudo da personagem da HQ



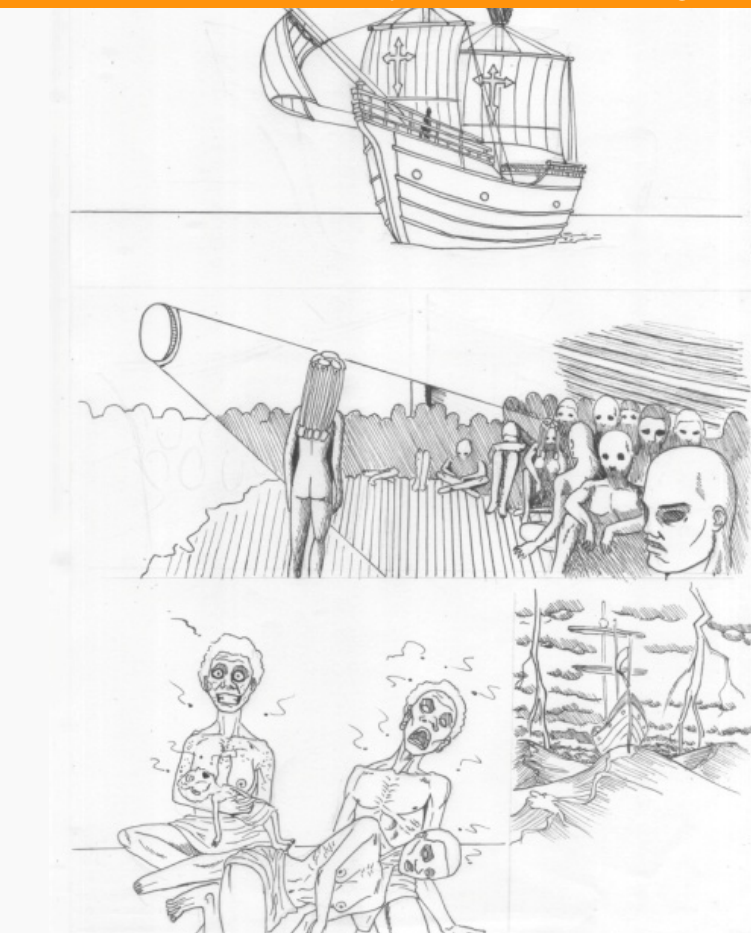
FONTE: Obra do desenhista Mauro Pena, 2018.

FIGURA 4: Estudo da personagem da HQ



FONTE: Obra do desenhista Mauro Pena, 2018.

FIGURA 5: Transporte escravo no navio negreiro



FONTE: Obra do desenhista Mauro Pena, 2018.

FIGURA 6: Transporte escravo no navio negreiro



FONTE: Obra do desenhista Mauro Pena, 2018.

FIGURA 7: Estudo da personagem da HQ



FONTE: Obra do desenhista Ênio Lopes, 2018.

FIGURA 8: Estudo da personagem da HQ



FONTE: Obra do desenhista Ênio Lopes, 2018.

FIGURA 9: A vida na África antes dos europeus HQ



FONTE: Obra do desenhista Ênio Lopes, 2018.

FIGURA 10: Personagem reage a assédio



FONTE: Obra do desenhista Ênio Lopes, 2018.

requeridas as páginas para o balonamento, o ilustrador Ênio se desculpou e afirmou que não seria possível concluir o projeto no prazo previsto. Que no momento apenas sete páginas haviam sido concluídas. De volta à estaca zero, não houve alternativa senão contratar outro ilustrador e recomeçar a empreitada, mesmo em face da marcada desconfiança da possível falta de profissionalismo do futuro ilustrador.

Diante dos contratemplos, mesmo com o roteiro, recordatórios e falas prontos, não há ainda a ilustração final com a junção de todas as partes integradas como um produto pronto e acabado para utilização em sala de aula, o que é bastante minimizado com o progresso das novas ilustrações, que no momento dois ilustradores executam paralelamente. Diante da possibilidade de incompletude de uma das execuções, a outra será finalizada. Evidentemente, riscos continuam a existir, porém, com chances muito mais reduzidas. Para que não se produzisse duas obras com excessiva similaridade, os ilustradores contratados possuem traços muito diferentes em que uma ilustração será preferencialmente destinada para o ensino fundamental menor, pelo fato do traço ser mais simples e as ilustrações possuírem uma subjetividade menor. O outro possui um traço mais realista, portanto, mais direcionado aos estudantes do ensino médio e ao alunado do EJA, por já possuírem uma maturidade mais substancial.

Como fechamento do trabalho educacional, foram propostas atividades com tiras em quadrinhos ilustrando problemáticas que envolvem: escravidão, preconceito, empoderamento feminino, sociedade, etc. Diante disso, segue em anexo as tiras e as atividades. É importante ressaltar que a aplicação das tiras e atividade anexa não implica na necessidade da leitura da HQ proposta, se distanciando do eixo Bahia-Sergipe, ambiente em que se passa a história em quadrinhos, possibilitando qualquer professor do país utilizá-las sem prejuízo de compreensão ou conteúdo. Tão logo o ilustrador ou os ilustradores concluam trabalho, as ilustrações serão anexadas e o trabalho será encadernado e oferecido ao público de professores interessados na temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio Augusto Marques de. Saberes e Práticas de Ciência no Portugal dos Descobrimentos. In: ENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões. p. 79 – 88. 2000. Disponível em: http://www.uaisites.adm.br/iclas/pdf/historia_portugal.pdf. Acesso em 28 jun. 2017.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **OS DOIS LADOS DA MOEDA: Sexualidade e intimidade entre senhores e escravos em Pernambuco no século XVIII**. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=15267>. Acesso em: 09/05/2018.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um Pé Descalço e Outro no Cão: Liberdade e Escravidão em Sergipe** (Cotinguiaba 1860 – 1900). Aracaju. Ed. Diário Oficial. 2012.

ANDRADE, Carolline Acioli O. A Escravidão em Sergipe Pelo Olhar da Literatura. In. IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE. 10., Aracaju. *O Cinquentenário do Golpe de 64*. Anais Eletrônicos. Aracaju. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424130080_ARQUIVO_CarollineAcioliO.Andrade.pdf. Acesso em: 24/05/2018.

_____. “O Comedor de Jia”: uma experiência de microhistória sergipana? In. Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, V. 4, 3 e 4 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12712309/o-comedor-de-jia-uma-experiencia-de-micro-historia->. Acesso em: 24/05/2018.

Bíblia Português. **BÍBLIA SAGRADA**, Tradução Nova Versão Internacional (NVI). São Paulo: Geográfica Editora. 2000. 641 p.

BRANDÃO, Daniel. **Coleção Quadrinhos em Sala de Aula: estratégias, instrumentos e aplicações** / coordenação de Raymundo Netto, Waldomiro Vergueiro; ilustrado por Cristiano Lopez. - Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, p. 36. 2018.

CHALHOUB, Sidney. **A força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da Liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA, Emílio Manuel da Silva. **JUDAÍSMO E JUDEUS NA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA: da Medievalidade à Contemporaneidade**. 2012. 15 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura das Religiões). Departamento de História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8797/1/ulfl133723_tm.pdf. Acesso em: 25/05/2018.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

LYRIO, Alexandre. Fechados há mais de uma década, museus sofrem com abandono. Jornal CORREIO*, Salvador, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fechados-ha-mais-de-uma-decada-museus-sofrem-com-abandono/>. Acesso em 09/02/2018.

MATTOSO, Katia M. de Queiróz. **Ser Escavo no Brasil: séculos XVI – XIX**; tradução Sônia Furhmann – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MICHEL DE CERTEAU – VIDA E OBRA. Direção: Paulo Aspis. Produção: ATTA – Mídia e Educação. Roteiro: Diana Vidal. Duração: (40 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21PXfrJCojQ>. Acesso em: 24/05/2018.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia**: da pré-história a 1815. Salvador: Quarteto, 2013.

OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de/Gian Danton. **Curso de Roteiro para Histórias em Quadrinhos**. ed1. Recife: Editora Navras Digital. 2013.

OLIVEIRA, Jô. **Hans Staden: Um Aventureiro no Novo Mundo**. 1ed. São Paulo. Cortez Editora, 2013.

PAIVA, Eduardo França. **AMULETOS, PRÁTICAS CULTURAIS E COMÉRCIO INTERNACIONAL**. In: ANAIS DO XX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, Florianópolis, julho, 1999. p. 995. . Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S20.pdf>. Acesso em: 28/05/2018.

PINHO, Wanderley. Ilustração José Wasth Rodrigues. **HISTÓRIA DE UM ENGENHO DO RECÔNCAVO. MOTOIM – NOVO CABOTO – FREGUESIA; 1552-1944**. São Paulo. 2ed. Editora Nacional, 1982. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-de-um-engenho-do-reconcavo-motoimnovo-caboto-freguesia-1552-1944/pagina/510/texto>. Acesso em: 11/05/2018.

SALES, Cláudia. **HQs: Mídia parceira da Pedagogia e do Currículo** / coordenação de Raymundo Netto, Waldomiro Vergueiro; ilustrado por Cristiano Lopez. - Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, p. 19. 2018

SANTOS, Claudia Santiago. **Escravas do desejo. Estratégias de liberdade e sobrevivência na sociedade escravista**. XVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427683022_ARQUIVO_artigo-ANPUH.pdf. Acesso em 09/05/2018.

SERBIN, Sylvia; JUBAUD, Edouard. Ilustrações Masioni, Pat. **Grandes Mulheres da História da África. Njinga Mbandi – Rainha do Ndongo e Matamba**. (UNESCO). Paris 75352 107 SP, França. 2014.

SILVA, Alberto Costa e. **A Enxada e a Lança**. A África Antes dos Portugueses. 5ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

VAINFAS, Reinaldo. SOUZA, Marina de Mello e. **CATOLIZAÇÃO E PODER NO TEMPO DO TRÁFICO: O REINO DO CONGO DA CONVERSÃO COROADA AO MOVIMENTO ANTONIANO, SÉCULOS XV-XVIII**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf. Acesso em: 25/05/2018.

BRASIL: **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa (PCNs) / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997.

YAMAGUTI, Vanessa. **OS NÚMEROS DO PNBE (2006-2014): A IDENTIFICAÇÃO DOS QUADRINHOS NAS ESCOLAS**. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais4asjornadas/q_e_letamentos/vanessa_yamaguti.pdf. Acesso em: 28 ago 2018.

**CAMINHOS DE UMA ESCRAVA DA
ÁFRICA A SERGIPE**

LUCIANO FERREIRA

COM ILUSTRAÇÕES DE CAUE SOUZA

O ANO É 1840, A EUROPA FOI SACUDIDA POR REVOLUÇÕES AINDA EM CURSO, COM OS AVANÇOS DA MODERNIZAÇÃO PROPORCIONADA PELAS IDEIAS DO ILUMINISMO, PELA PRODUÇÃO SÉRIADA E OS AVANÇOS DOS MERCADOS CONSUMIDORES, A ÁFRICA É UM CONTINENTE SOFRIDO, PELA EXPLORAÇÃO ESCRAVA QUE ESVAZIA O CONTINENTE E PELA INTERFERÊNCIA DOS MESMOS EUROPEUS, QUE DESDE O SÉCULO XV AVANÇAM CONQUISTANDO E SUBJUGANDO.



O BRASIL É UM IMPÉRIO DESDE 1822, SOB OS ÚLTIMOS MOMENTOS DA REGÊNCIA, TENTA CAMINHAR COM AS PRÓPRIAS PERNAS; CONTRASTANDO COM A EUROPA, A PRODUÇÃO É QUASE TOTALMENTE AGRÁRIA COM MÃO-DE-OBRA ESCRAVA.



COM AS GUERRAS NAPOLEÔNICAS, SOB O JULGO FRANCÊS, A ESPANHA ENFRAQUECE A OPRESSÃO E SUAS COLÔNIAS APROVEITAM PARA SE TORNAR INDEPENDENTES, A ESCRAVIDÃO PERSISTE, MAS É O BRASIL É ÚLTIMO PAÍS A "LIBERTAR" OS AFRODESCENDENTES SÓ EM 1888.



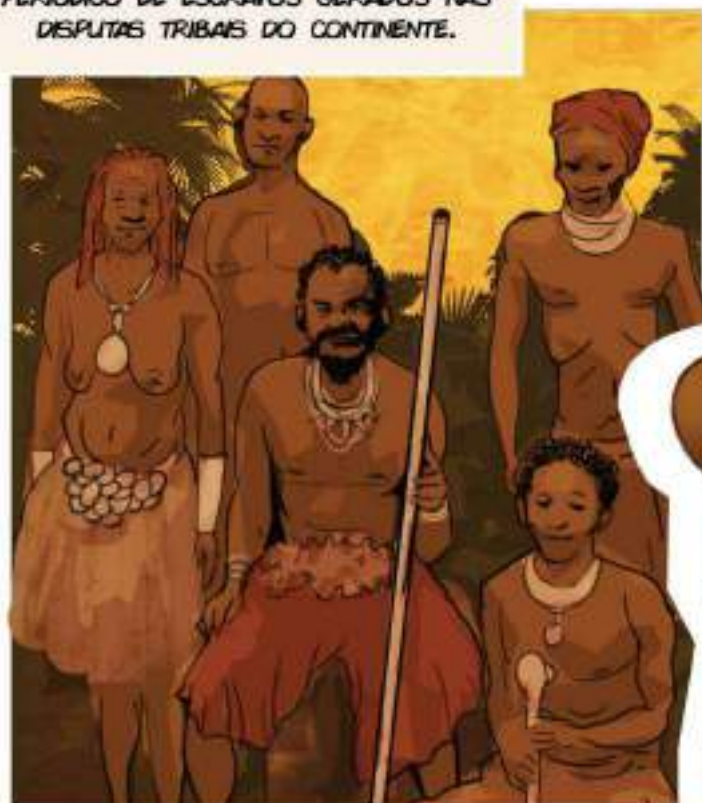
AS ETNIAS AFRICANAS SÃO TÃO VARIADAS QUANTO AS LÍNGUAS FALADAS, ATÉ HOJE É DIFÍCIL UM AFRICANO OU AFRICANA FALAR APENAS UM IDIOMA, ELAS VIVIAM DA CAÇA, PESCA, ALGUMAS CRIAÇÕES ANIMAIS E PLANTAÇÕES, MAS MUITOS GRUPOS AINDA ERAM SEMI-NÔMADES. AS VESTIMENTAS, OS HÁBITOS, AS CASAS, ETC. FORAM FRUTO DE UMA PESQUISA ÁRDUA, MAS CERTAMENTE O RETRATADO NÃO É A EXATIDÃO, OS AFRICANOS NÃO REGISTRAVAM NADA ESCRITO, APENAS OS GRIÔS PASSAVAM AS TRADIÇÕES PARA OS MAIS JOVENS. A ESCRAVIDÃO ERA UMA SOMBRA TEMIDA POR AQUI, ERA MAIS OU MENOS ASSIM...

A VIDA TRIBAL AFRICANA ERA MUITO SIMPLES, EM GERAL A OCUPAÇÃO DAS PESSOAS GIRAVA EM TORNO DA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA.

MAS O CLIMA DE TRANQUILIDADE É APENAS APARENTE, O MEDO PERMEAVA OS HABITANTES, A ESCRAVIZAÇÃO ERA MUITO FREQUENTE. NESSA MESMA ÉPOCA AS ABOLIÇÕES COMEÇAM A CRESCER APÓS A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS NAS COLÔNIAS BRITÂNICAS EM 1833, MAS O LUCRO DESSE COMÉRCIO AINDA ERA COBIÇADO.



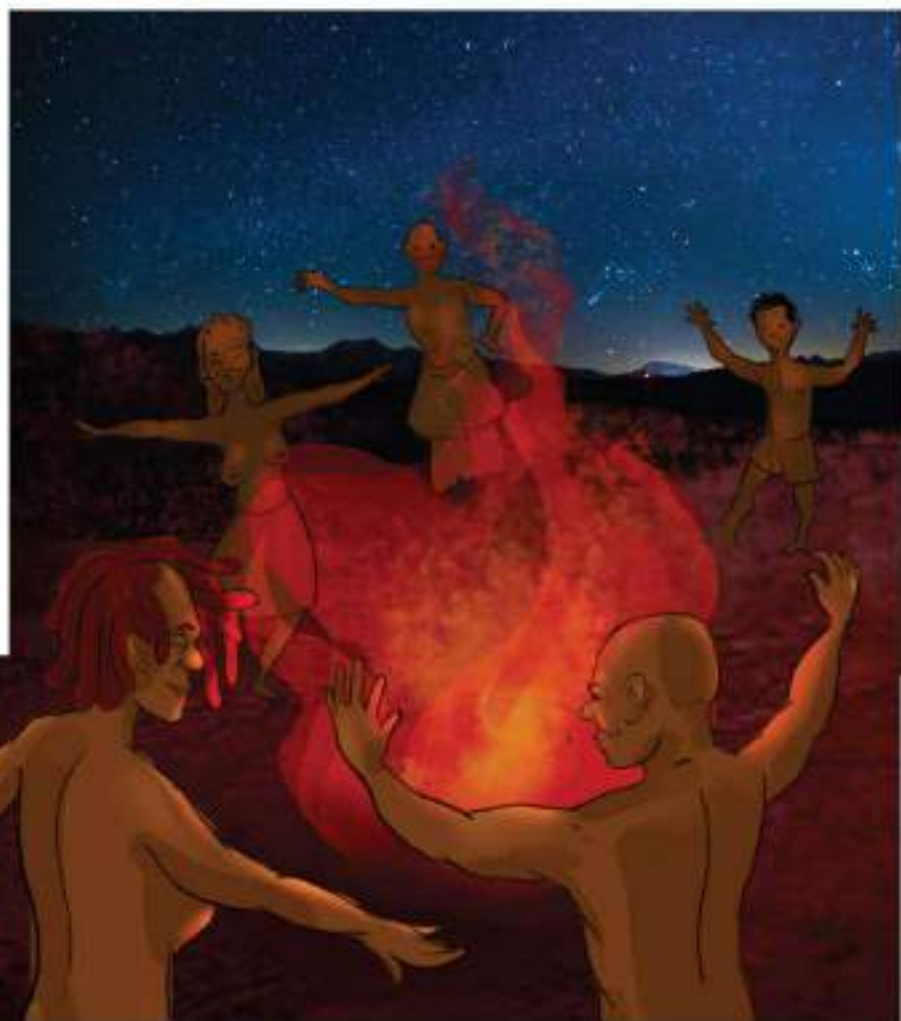
NÃO SÓ OS EUROPEUS GANHAVAM COM A MERCADORIA HUMANA, REIS AFRICANOS ENRIQUECIAM COM O FORNECIMENTO PERIÓDICO DE ESCRAVOS GERADOS NAS DISPUTAS TRIBAIS DO CONTINENTE.



NO BRASIL FAZIA SETE ANOS QUE O TRÁFICO FOI PROIBIDO, MAS A LEI ERA IGNORADA, FAZENDO APENAS O PREÇO MÉDIO DOS ESCRAVOS SUBIR, TORNANDO O LUCRO DOS TRAFICANTES AINDA MAIOR.

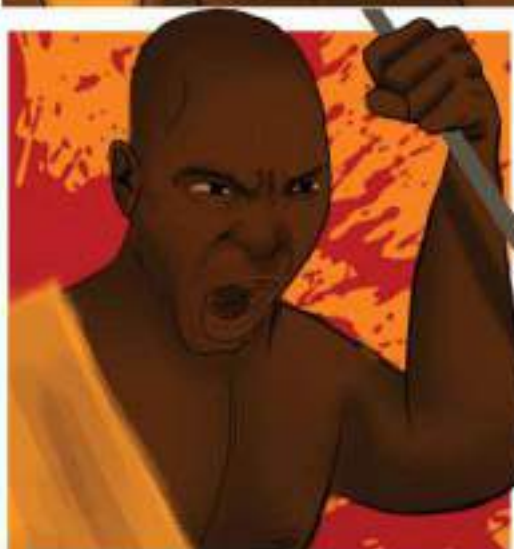
O COMÉRCIO ERA FEITO À BASE DE TROCA, FOI USADO O CAURI (PEQUENA CONCHA DO MAR) E BIJUTERIAS NO INÍCIO DO COMÉRCIO, MAS TAMBÉM ARMAS, FUMO E AGUARDENTE VINDOS PRINCIPALMENTE DE NORDESTE BRASILEIRO.





COM INÚMERAS DIVINDADES OS AFRICANOS COMEMORAM AS BOAS COLHEITAS COM RITUAIS E OFERENDAS A SEUS DEUSES. A FESTIVIDADE DO INHAME NOVO É DAS MAIS ANTIGAS TAMBÉM REALIZADAS NA REGIÃO DA COTINGUIBA EM SERGIPE SÉCULOS DEPOIS. HAVIA DANÇAS AO REDORDA FOGUEIRA E A COMEMORAÇÃO PODERIA LEVAR DIAS.

AS DISPUTAS PODERIAM TER OS MAIS VARIADOS MOTIVOS, SEJAM POR TERRITÓRIOS, CONFLITOS ÉTNICOS E APÓS O ENRAIZAMENTO DA ESCRAVIDÃO, AS TRIBOS MAIS FORTES CAÇAVAM E APRESAVAM OS VENCIDOS, VISANDO APENAS O LUCRO COM A VENDA AOS EUROPEUS, PRINCIPALMENTE PORTUGUESES.



O RASTRO DE DESTRUIÇÃO DEIXADO PELOS CONFLITOS ERA VISÍVEL. NÃO HAVIA NECESSIDADE DE EXPLICAÇÃO AOS OLHOS DE PASSAGEM SE DEPARASSEM COM A CENA. MORTE AOS QUE RESISTIAM E GRILHÕES AO RESTANTE DOS SOBREVIVENTES, DAÍ UMA LONGA CAMINHADA ATÉ O LITORAL, QUE PODERIA LEVAR MESES.

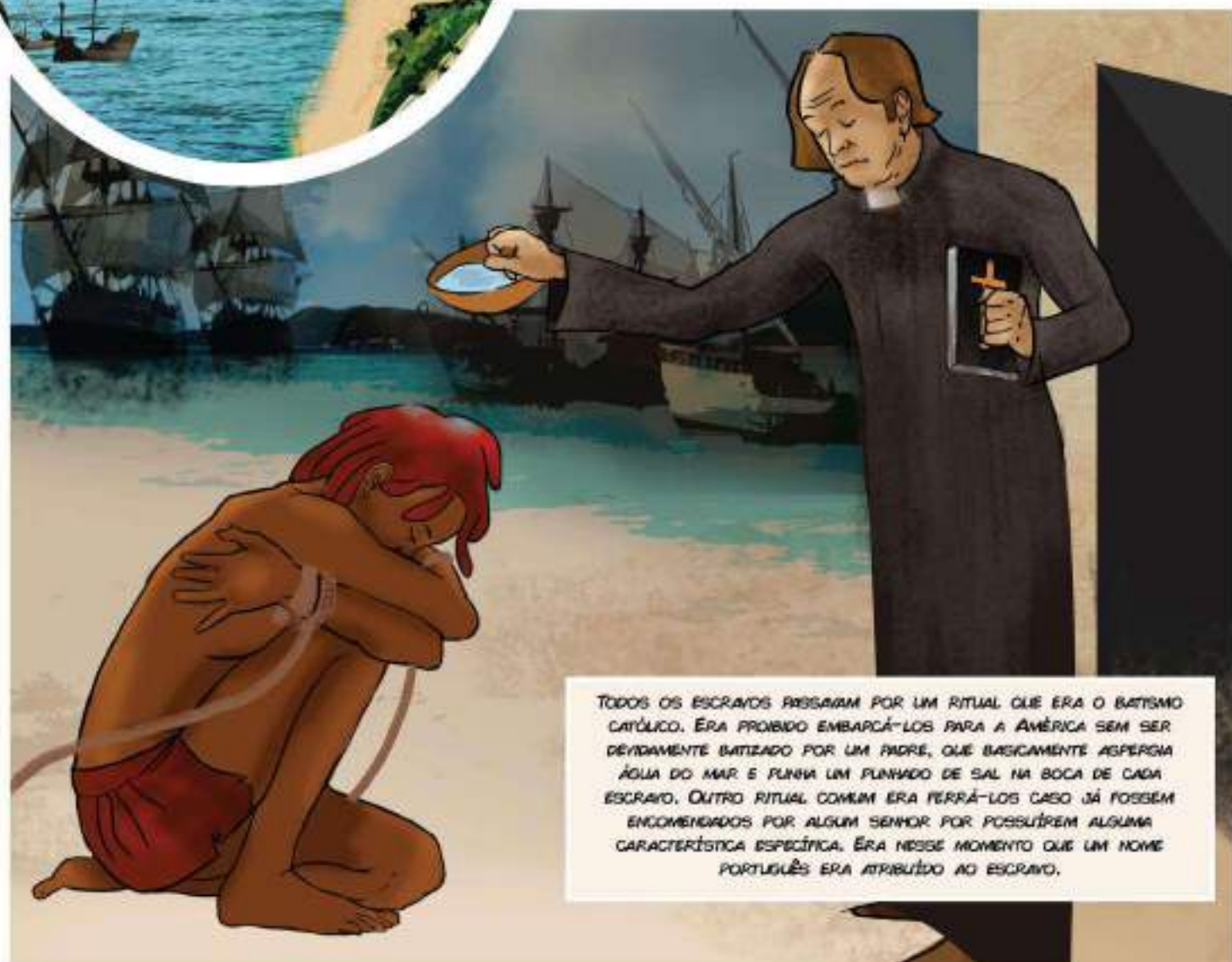
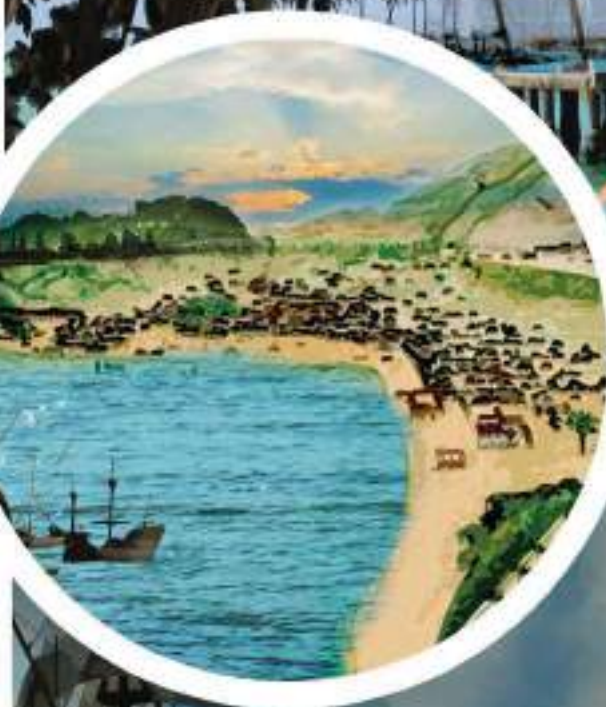




AO CONTRÁRIO DO QUE SE PENSA, OS ESCRAVOS NA CAMINHADA ATÉ A FEITORIA ERAM BEM TRATADOS E ALIMENTADOS, CABENDO PORÇÕES GENEROSAS PARA OS QUE CARREGAVAM OS MANTIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO GRUPO, ESCRAVOS MAGROS E DOENTES ERA SINAL DE BAIXO PREÇO OU MORTE NO TRAJETO TRANSATLÂNTICO, PORTANTO REJEITADOS.

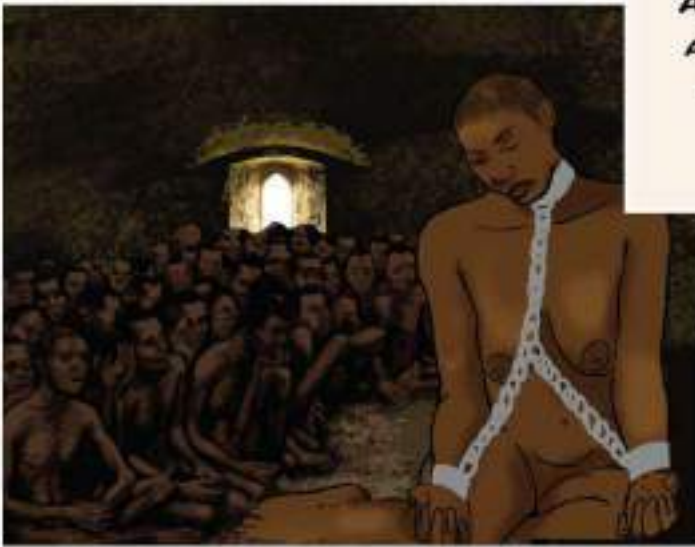


A FEITORIA ERA UM LOCAL DE MUITO MOVIMENTO, NEGREIROS ENTRANDO E SAINDO A TODO MOMENTO, VALE FRISAR QUE OS PORTUGUESES, INGLESES E HOLANDESES FORAM OS GRANDES DETENTORES DOS LUCROS DO TRÁFICO HUMANOS TRANSATLÂNTICO.



TODOS OS ESCRAVOS PASSAVAM POR UM RITUAL QUE ERA O BATISMO CATÓLICO. ERA PROIBIDO EMBARCÁ-LOS PARA A AMÉRICA SEM SER DEVIDAMENTE BATIZADO POR UM PADRE, QUE BASICAMENTE ASPERGIA ÁGUA DO MAR E FUNHA UM FUNHADE DE SAL NA BOCA DE CADA ESCRIVO. OUTRO RITUAL COMUM ERA FERRÁ-LOS CASO JÁ POSSEM ENCOMENDADOS POR ALGUM SENHOR POR POSSUIREM ALGUMA CARACTERÍSTICA ESPECÍFICA. ERA NESSE MOMENTO QUE UM NOME PORTUGUÊS ERA ATRIBUÍDO AO ESCRIVO.

AS TRAVESSIAS TRANSATLÂNTICAS ERAM PERIGOSAS, AS TEMPESTADES ERAM COMUNS E AS VIAGENS QUE NORMALMENTE ERAM FEITAS ENTRE QUARENTA E CINCO E CINQUENTA DIAS, PODERIAM CHEGAR A SESSENTA DIAS OU MAIS.



OS LOCAIS ONDE ERAM ACOMODADOS ERAM FÉTIDOS E IMUNDOS, ERAM OBRIGADOS A PERMANECER COM A PRÓPRIA URINA E FEZES, O ODOR ERA INSUPOORTÁVEL. ERAM COMUNS ATÉ POUCO TEMPO A MORTE POR ESCORBUTO QUE NÃO POUPIAVA NEM A TRIPULAÇÃO. COM A EXPERIÊNCIA OS PORTUGUESES CONSEGUIRAM REDUZIR AS "PERDAS" DOS 16% PARA ABAIXO DE 5% NO SÉCULO XIX.





TODOS OS DESVIOS DE COMPORTAMENTO ERAM PUNIDOS PUBLICAMENTE PARA SERVIR DE EXEMPLO.



COMO NESSE CASO EM QUE O ESCRAVO FOI FLAGRADO ROUBANDO COMIDA, UM DOS CRIMES MAIS GRAVES A BORDO, AQUI POR MEDO DE MOTINS, UM MARLUJO AÇOTA O ESCRAVO, MAS NO COTIDIANO DAS FAZENDAS DE CANA DE AÇÚCAR E CAFÉ SÃO OS PRÓPRIOS ESCRAVOS QUE FAZEM O SERVIÇO.





NO SÉCULO XIX O SISTEMA DE NAVEGAÇÃO JÁ ERA BASTANTE DESENVOLVIDO EM RELAÇÃO A ORIENTAÇÃO, AS CARTAS DE NAVEGAÇÃO ERAM BEM MAIS PRECISAS QUE AS DE UM SÉCULO ANTES, MAS O REGIME DE VENTOS PODERIA SER DESFAVORÁVEL, COM AS VELAS LATINAS AS EMBARCAÇÕES PODERIAM VIAJAR CONTRA O VENTO, MAS AS CALMARIAS ERA TÃO TERRÍVEIS QUANTO AS TEMPESTADES.

AS MORTANDADES ERAM COMUNS QUANDO A VIGEM IAM ALÉM DO PREVISTO, AINDA QUE AS MORTES POR ESCORBUTO JÁ FOSSEM RARAS, OUTRAS DOENÇAS NUM ESPAÇO CONFINADO PODERIA CAUSAR MUITAS MORTES.

DIARIAMENTE OS MARINHEIROS CONTAVAM A "CARGA" PARA TER UMA IDEIA DAS PERDAS COM AS MORTES.



TEREZA SENTIA PROFUNDA INDIGNAÇÃO AO VER TANTAS VIDAS SE PERDENDO APENAS POR ALIMENTAR A GANÂNCIA DOS BRANCOS CIVILIZADOS.





A CHEGADA À BAÍA DE TODOS OS SANTOS É UM ALÍVIO PARA A TRIPULAÇÃO, É O FIM DE UMA VIAGEM DE MAIS DE UM MÊS E MEIO ONDE MUITOS NÃO SOBREVIVERAM, AINDA QUE O SENTIMENTO DE MUITOS FOSSE, DE FATO, PREFERIR A MORTE, ELES JÁ SABEM QUE PROVAVELMENTE NUNCA MAIS VOLTARÃO A VER SUAS FAMÍLIAS OU SUA TERRA DE NOVO.

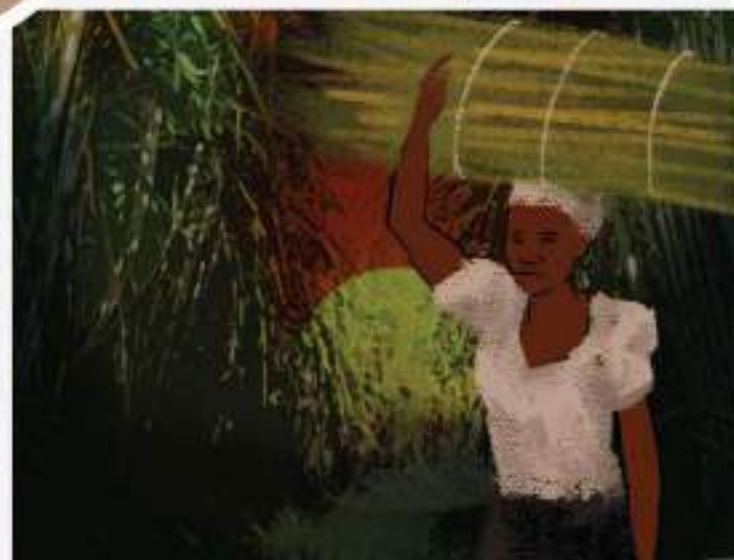


APÓS A LEI DE 1831 E A PROIBIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO, OS COMERCIANTES FICARAM MAIS CAUTELOSOS, DESEMBARCANDO A "CARGA" LONGE DOS OLHOS DA POPULAÇÃO E GERALMENTE À NOITE, AINDA QUE AS AUTORIDADES FIZESSEM "VISTAS GROSSAS". ERA MELHOR NÃO CHAMAR TANTA A ATENÇÃO E EVITAR PROBLEMAS.

A MARCHA DE ESCRAVOS PELO MATO À NOITE ERA COMUM, DEPOIS OS LEVAVAM PARA ALGUMA FAZENDA, JÁ HAVIA UM PROFESSOR PREPARADO PARA ENSINAR ALGUMAS FRASES BÁSICAS DO PORTUGUÊS PARA O CASO DE ALGUÉM CONVERSAR COM OS ESCRAVOS, E ESSES DAREM A IMPRESSÃO DE QUE JÁ ESTAVAM A TEMPOS NO PAÍS, ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI DE 1831.



O RITUAL DA CHEGADA DE ESCRAVOS NA FAZENDA ERA SEMPRE O MESMO, O SENHOR EXAMINAVA OS DENTES, O CORPO E AS FEIÇÕES DOS ESCRAVOS E ESCRAVAS, UM EXAME COMO QUEM DE FATO COMPRARA UM ANIMAL E AVALIAVA SE O "PRODUTO" ESTAVA DENTRO DO DESEJADO. ERA SEMPRE IMPORTANTE ADQUIRIR NEGROS DE ETNIAS DIFERENTES, TANTO PARA DIFICULTAR A COMUNICAÇÃO E CONSEQUENTES REVOLTAS, COMO PARA EVITAR A SOLIDARIEDADE ENTRE OS DE MESMA ETNIA.







SINHÓZIM DESGRAÇADO,
ELE SEMPRE FAZ ISSO CUM
AS ESCRAVA MAIR NOVA.



.....



SUA DESGRAÇADA!
VOCÊ TENTOU ME MATAR! VOCÊ
VAI SE ARREPENDER POR ISSO.
EU VOU TE MATAR!!

NAO, NAO, NAO!

SNAPE!





APÓS UM MÊS DE
ALIMENTAÇÃO REGRADA
A MÁSCARA É TIRADA.



ESCRAVA! O SINHOZINHO TÁ TE
CHAMANDO NO TERRÊRO.



ESSA É A ESCRAVA DE QUE
FALEI, MEU AMIGO, VEJA COMO É
FORMOSA, É SAUDÁVEL, FORTE E
TRABALHADORA! E O PREÇO
ESTÁ BOM POR DE MAIS!

TEREZA É VENDIDA E IMEDIATAMENTE PARTE DO RECÔNCAVO BAIANO, PARA LONGE DE TODAS AS AMIZADES E RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE QUE TINHA PARA UMA REGIÃO QUE NUNCA HAVIA OUVIDO FALAR: COTINGUBA.



ESSA SERÁ A NOVA MORADA DA ESCRAVA TEREZA, ELA FOI LEVADA PARA O ENGENHO TRIUNFO DE LUIZ BARBOSA MADUREIRA, NA REGIÃO DA COTINGUBA, PROVÍNCIA DE SERGIPE EM 1860.



DE VOLTA A LABUTA NO CANAVAL, TEREZA SEGUE SUA VIDA SEM PERSPECTIVA OU ESPERANÇA, OBRIGADA A RECONSTRUIR AMIZADES E PESSOAS QUE SE AJUDAM, GERALMENTE DE MESMA ETNIA, SÃO OS COMPANHEIROS DE CATIVEIRO, CHAMADOS DE MALLINGOS.

NAS SENZALAS, LONGE DOS OLHOS DOS SENHORES, OS
ESCRAVOS DESFRUTAVAM DE BREVES, MAS ALEGRES
MOMENTOS DE DESCONTRAÇÃO, ONDE MOSTRAVAM SUAS
DANÇAS E PRATICAVAM SUAS CRENÇAS, AINDA QUE OCULTAS
NOS SINGRETISMOS. TEREZA ESTÁ EXAUSTA DA VIAGEM.



OCÊ TÁ MIÓ?
SOFREU MUITO LA
DONDE CÊ VEIO, NÊ?

NUM FALE NÃO, ISSO É
SONHO RUIM QUE NUNCA
ACABA, SERÁ QUE NUM
TEM FIM?

TEM NÃO FIA, VAMO
SE ACABÁ ASSIM!



OCÊS TÃO
FALANO DO
QUÊ?

DO SOFRIMENTO
DE NÓS TUDO!

MAS LIM DIA ESSE
SOFRIMENTO VAI ACABÁ,
NEM QUE PRA ISSO
NÓS MORRA LUTANO!
NUNCA VAMO ACEITÁ
CABRESTO DE SENHOR
NINGUM!

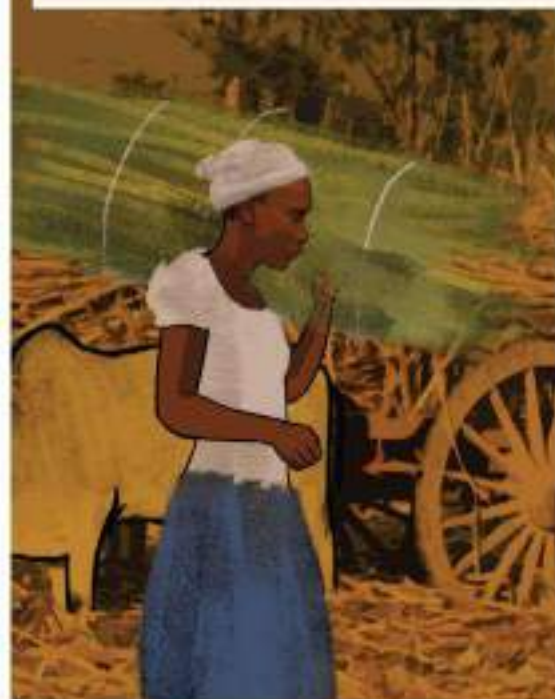


PODEMO SENTÁ AQUI
COM OCÊS? A CONVERSA
TÁ BOA, NÊ?

NÓS NUM CONVERSA
MUITO, MAS O QUE NÓS
PODE FAZÊ PELO OUTRO
NÓS FAIZ, YIU?



APESAR DA NOVA MORADA, OS ABUSOS CONTINUAM...





QUEM SÃO OCÊS?!



CALMA, NÃO VAMO MACHUCÁ OCÊ. TÁ FAZENDO O QUE POR ESSAS BANDA? OS FEITOR NUN DEIXA UMA ESCRAVA SE AFASTA TANTO DA FAZENDA. TÁ FUGINDO?



NUN É DE SUA CONTA! ME DEIXE EM PAIZ!



NÓS VAMOS SUMI DAQUI. NUN QUEREMO TER POBREZA COM OS FEITOR DE FAZENDA DE GENTE QUE NUN PRESTA NÃO.

DEIXE EU IR CUM OCÊS, SE ELES ME PEGÁ VÃO MI MATÁ!

VAMO JOÃO, ELES JÁ DEVE TÁ VINDO!

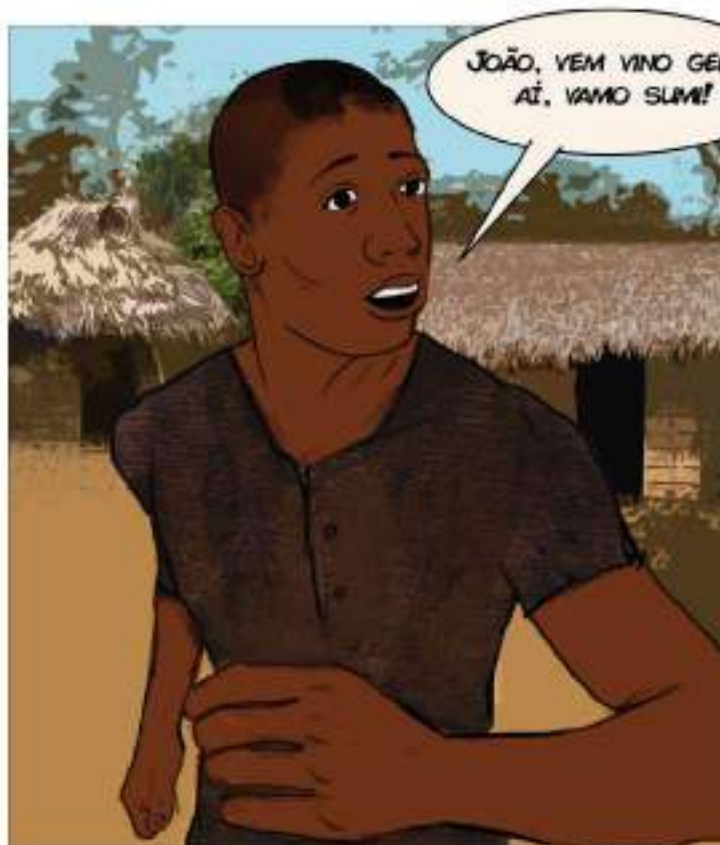
HMM, DEIXÁ NÓS INTÉ DEIXA, MAS SE TÁ FUGINDO OS FEITOR VEM COM CAPITÃO DO MATO E VÃO ACHÁ OCÊ RAPIDINHO! MIO PENSÁ RÁPIDO QUE VAI FAZÊ.



VAMOS SUMI DAQUI!

OS ESCRAVOS SÃO ÁGEIS E RÁPIDOS PELAS PICADAS NA MATA E LOGO DESAPARECEM SEM DEIXAR RASTROS.







NA SENZALA DA FAZENDA LIMEIRA OS ESCRAVOS RECEBEM BEM OS QUILOMBOLAS, REPARTEM A COMIDA E DIVIDEM O HUMILDE ESPAÇOS PARA QUE TODOS POSSAM SE ACOMODAR.





À ESPREITA A POLÍCIA DA PROVÍNCIA OBSERVA...





ARMARAM UMA EMBOSCADA PRA GENTE, PRENDERAM JOÃO E PIRIGOSO, EU CONSEGUI FUGI, MAS OS OUTRO VÃO VORTÁ NÃO!

COMO FOI ISSO? ELES SE DISCUIDÔ PRA SER PRESO?

SOUBE QUE O NÊGO SEVERINO INTREGÔ NÓS A POLÍCIA EM TROCA DA CARTA DE LIBERDADE.



O ANO É 1876. É LARGAMENTE NOTICIADO NA IMPRENSA SERGIPANA QUE O FAMIGERADO JOÃO MULLINGU FORA PRESO E ESTÁ À DISPOSIÇÃO DA POLÍCIA PARA DEPOIMENTO.



O CERCO AOS ESCRAVOS FUGIDOS SE FECHAVA. JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO PINHO, PRESIDENTE DA PROVÍNCIA AFIRMA: "OS QUILOMBOS ACABARAM NA PROVÍNCIA", E ELE ESTAVA DISPOSTO A TUDO PARA FAZER VALER SUAS PALAVRAS.



SHHHH! SILÊNCIO PARA NÃO PERDEREMOS O ELEMENTO SURPRESA.



NÃO SE MEXAM, É A POLÍCIA! SE CORREREM MEUS HOMENS TÊM ORDENS DE ATIRAR PRA MATAR! FIQUEM DEITADOS COM AS MÃOS ONDE EU POSSA VER!

CLIC!



PAREM!

SOLDADOS ATIREM!!!

BANG!

BANG!

BANG!

AHHHRRG!

TCHIF!



NORMALMENTE A POLÍCIA VOLTAVA DE MÃOS VAZIAS DAS CAÇADAS AOS QUILOMBOLAS, MAS NEM SEMPRE A SORTE ESTAVA DO LADO DOS AFROBRASILEIROS.





VAMOS COMEÇAR PELO COMEÇO: QUAL SEU NOME? E QUEM É SEU SENHOR?

NÃO ME FAÇA DE IDIOTA! EU SEI QUE VOCÊ ESTAVA COM O BANDO DE MULLINGU, JÁ VENHO NO ENCALÇO DE VOCÊS HÁ MESES! VOCÊ SABE QUE ELE FOI PRESO, NÃO? NÃO DEMORA SABER QUEM É SEU SENHOR, ACHA QUE ESCONDER VAI ADIANTAR?

JÁ DISSE SÔ NEGRA FORRA!

SÔ MULHER FORRA, NUM TENHO SINHÔ!



POIS BEM, SE QUIER DO JEITO MAIS DIFÍCIL É PROBLEMA SEU! LEVEM A NEGRINHA PRO TRONCO E DESCUBRAM A QUEM ELA PERTENCE!

OS AÇOTES SÓ FORAM PROIBIDOS PELA LEI NO. 3310, DE 15 DE OUTUBRO DE 1886.



SHIPÁÁÁ!

OS FUGITIVOS SÓ FALAVAM QUEM ERAM SEUS SENHORES SOB TORTURAS, CONSEQUENTEMENTE ERAM DEVOLVIDOS A SEUS SENHORES, QUE RESSARCIAM AO PODER PÚBLICO AS DESPESAS DADAS DA "HOSPEDAGEM" DO PRESO.



MELI DELIS! POR QUE TU NUM FALA LOGO QUEM É SEU SINHÔ?

AHH! PRO INFERNO! NUM TENHO SINHÔ, JÁ DISSE!

BOM DIA DELEGADO! EU SOU LUIZ MADUREIRA, PROPRIETÁRIO DA ESCRAVA TEREZA. SOUBE QUE FOI FINALMENTE PRESA, VIM ACERTAR AS CUSTAS, SE NÃO HOJE CRIMES POR PARTE DELA E REAVER MINHA PROPRIEDADE.

BOM DIA SR. LUIZ, ENTÃO DE FATO ELA MENTIA. ME DISSE QUE ERA FORRA.

SABE COMO SÃO ESSES PRETOS, MENTIR E VADEAR É PRÓPRIO DA NATUREZA DELES.

SEI, ELA JÁ PASSOU POR ALTO DE PERGUNTAS, AO QUE PARECE COMETEU ALGUNS FURTOS COM UM BANDO DE AQUILOMBADOS, A MAIORIA ESTÃO PRESOS, PAGA A ESTADIA PODE LEVÁ-LA, HAVENDO NECESSIDADE O PROCURO.

SIM ESTAREI A SUA DISPOSIÇÃO PARA O QUE PRECISAR.

OBRIGADO POR RECUPERAR MINHA PROPRIEDADE!

VAMOS NEGRA INFELIZ! PAGARÁ MEU PREJUÍZO EM DOBRO. CUIDO DE VOCÊ EM CASA!

LEMBRA DE JORGE, TEREZA? ELE FICOU MUITO MAL DEPOIS DO TIPO QUE LEVOU, MAS NÃO MORREU. É ELE QUEM VAI CUIDAR DE VOCÊ.

APÓS ALGUMAS SEMANAS DE CASTIGO NO CEPO TEREZA É POSTA NUMA NOVA FUNÇÃO: ALIMENTAR A FORNALHA DOS FOGÕES DO ENGENHO, SEM REVEZAMENTO COM OS OUTROS ESCRAVOS. EXTREMAMENTE QUENTE, COM PORÇÕES DE ÁGUA RESTRITAS.



MESMO SENDO PROIBIDA A PRÁTICA DAS CRENÇAS DE MATRIZ AFRICANA, OS ESCRAVOS SEMPRE SE ALEGRAVAM NOS MOMENTOS DE FOLGA, NA SENZALA EM ALGUNS DIAS SANTOS. TAMBÉM PRATICAVAM SUAS CRENÇAS USANDO O SINCRETISMO.





MAIS UMA VEZ A VIDA DE TEREZA É REVIRADA. OS SENHORES SABIAM DO DESAGRADO QUE OS ESCRAVOS TINHAM EM SER VENDIDOS, AS REDES DE SOLIDARIEDADE ERAM DESFEITAS E RECONSTRUI-LAS NOVAMENTE LEVAVA TEMPO, OS QUE TINHAM FAMÍLIA SOFRIAM AINDA MAIS...



MAIS UMA VEZ TEREZA É LEVADA PARA UM DESTINO DESCONHECIDO E INCERTO, DESFAZENDO TODA A REDE DE AMIZADES E SOLIDARIEDADE CONSTRUIDA AO LONGO DOS ANOS NA MORADA ANTERIOR, AMIGOS QUE DIFÍCILMENTE IRÁ VER DE NOVO.







CERTO DIA UMA DAS ESCRAVAS MAIS VELHAS ESCOLHE ALGUMAS ESCRAVAS PARA ACOMPANHÁ-LA A UM LUGAR QUE TEREZA AINDA NÃO CONHECERA, ARACAJU...

TAMO INO PRA ONDE? ESSE LUGAR NUN CHEGA NUNCA NÃO?!



MEU DEUS, CONTA GENTE!





ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI DO VENTRE LIVRE EM 1871, ERA PRECISO A AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PARA ACUMULAR PECÚLIO. APÓS ISSO, AS ALFORRIAS SE DERAM COM MAIS FREQUÊNCIA, MUITOS ESCRAVOS CONSEGUAM ATÉ EMPRÉSTIMOS EM TROCA DE SERVIÇOS OU PRA PAGAMENTO EM PARCELAS QUE LEVAVA ANOS PARA QUITÁ-LAS, MAS ESTAVAM "LIVRES".



ENTÃO VOCÊ TEM PRETENSÃO DE SE ALFORRIAR? EU NÃO OS TENHO COMO ABJETO OU ANIMAIS, NÃO ACHO QUE SEJAM DESPIDOS DE ALMA COMO DIZEM; MAS A VIDA LIVRE É DIFÍCIL E DURA PARA UM NEGRO LONGE DA ÁFRICA.

EU SEI SINÓZINHO, MAIS EU QUERO TENTAR. ANDAR PELAS RUAS SEM MEDO DE CHICOTE OU DE FEITOR.

POIS BEM, NÃO ME Oponho A QUE SIGA SEUS OBJETIVOS, MAS NÃO NEGLIGENCIE SUAS RESPONSABILIDADES OU SERÁ PUNIDA.



PASSADOS OS MESES A PLANTAÇÃO DE TEREZA PROSPEROU, SEU SENHOR LHE CEDERA UM PEDAÇO DE TERRA ARRENDADO, COM O PAGAMENTO EM GÊNEROS COLHIDOS, AINDA NÃO LHE RENDEU NENHUM LUCRO, MAS AS PREVISÕES SÃO ANIMADORAS.



SERÁ QUE VÔ CONSEGUIR UM BOM DINHÊRO COM ESSAS FRUITA? TOMARA QUE SIM!



AGORA TENHO QUE PENSAR ONDE VÔ GUARDAR ESSE DINHÊRO.





SINHOZINHO TAVA DOENTE, ISSO JÁ ERA ESPERADO. ERA UM HOMI TÃO BOM!

SNIF...

SNIF...
SNIF...

PASSARAM-SE UM MÊS DESDE A MORTE DO SENHOR DA FAZENDA, OS ADVOGADOS VÊM RESOLVER AS QUESTÕES DO INVENTÁRIO, QUE NESSE CASO INCLUI UMA ESCRAVARIA QUE SE CONFIGURA COMO BENS NA PARTILHA. QUAL SERÁ O DESTINO DE TEREZA?



O SENHOR MEU MARIDO ERA UM HOMEM MUITO BOM, SEMPRE TRATOU TODO COM DISTINÇÃO, TALVEZ POR ISSO SUA AMBICÃO FOSSE PEQUENA E NÃO ALIMENTASSE O DESEJO PELO LUCRO PENSANDO NO BEM ESTAR DE TODOS NÓS. MAS A VERDADE É QUE AS CONSTANTES BAIXAS NO PREÇO DO AÇÚCAR COM A CONCORRÊNCIA DO AÇÚCAR DAS ANTILHAS, DA BETERRABA...

... CONSUMIRAM SEUS ÚLTIMOS DIAS, VENCIDO PELOS TEMPOS, PELA DOENÇA ELE SE FOI. NÃO HÁ COMO MANTER TODOS VOCÊS AQUI, A FAZENDA TEM DÍVIDAS E PARTE DA ESCRAVARIA AINDA NÃO FOI PAGA, SE AS COISAS NÃO MELHORAREM, VENDEREI TODOS OS BENS E VOLTAREI PARA A EUROPA...

... E COMO BENS, TODOS VOCÊS PODERÃO SER VENDIDOS, MESMO AS FAMÍLIAS SEPARADAS, INFELIZMENTE.

ELA VAI VENDÊ NÓS SEPARADO DA MULHER E DOS FILHOS??!

FOI O QUE A SINHA DISSE! VÁLA-ME DEUS! QUE SERÁ DE NÓS??!

... JOSÉ HAVA COMPRADO
VOCÊ DE LUIZ E VINHA PAGANDO,
MAS AGORA SERÁ MAIS DIFÍCIL, NÃO
ENTENDO DE FAZENDAS OU ENGENHOS,
COMO VOCÊ JÁ ESTÁ ACUMULANDO
PECÚLIO, HÁ DOIS CAMINHOS: EU TE
DEVOLVER A LUIZ OU VOCÊ CONTINUAR
PAGANDO A DÍVIDA DA SUA COMPRA
E PERMANECER AQUI....

E EU FICO
LIVRE?

INFELIZMENTE NÃO, SEUS
DOCUMENTOS ESTÃO JÁ COMO
PARTE DO INVENTÁRIO.

MAS ANIME-SE, JOSÉ JÁ PAGOU
A MAIORIA DO SEU PREÇO. ESSE É
O ÚNICO JEITO, OU ESTÃO VOCÊ VOLTA
PARA O ENGENHO TRIUNFO.

PRA LÁ NUM
VORTO, AQUELE
HOMI É UM
DEMÔNIO!

POIS BEM, VOCÊ
TRABALHA METADE DA SEMANA
AQUI, E SEMANALMENTE VOCÊ
ME PAGA OS JORNAIS* DO
TRABALHO DA FEIRA.

QUE VAI SÊ DE NÓS
AGORA?! SÊ VENDIDO
PRA LONGE DOS FIO?
DOS PARENTE?

NUM SABIA
QUE BRANCO
PASSAVA
DIFICULDADE!

E SE NÓS
APROVEITA E
FUGI?!

COMO VÔ FUGI
PROS MATO CUM DOIS
RIO PIQUENO DE
BRAÇO?!!

COMO VÔ FUGI
JÁ VEIO?! NUM GUENTO
NEM CUMIGO, INDA MAIS
CUM CAPITÃO DO
MATO ATRAS!

EU NUM TENHO
NINGUÉM, MAIS TÔ
ACOSTUMADO AQUI. MAIS
PRA SÊ VENDIDO EU
SUMO NOS MATO?!

FUI FUGIDA E NOS
MATO NÓS TAMBÉM
SOFRE! MAIS É MIO
QUE O CHICOTE DOS
FEITOR. VÔ COMPRÁ
MINHA CARTA OU
MORRÊ TENTANO!

COM MAIS DEMANDAS QUE APENAS SE ALFORRIAR,
TEREZA TAMBÉM COMPRA SAL NOS ARREDORES DA
VILA DE SOCORRO PARA REVENDER E AJUDAR NOS
JORNAIS.

*JORNAIS = DE JORNADA, UM DIA DE TRABALHO.

A VIDA DE TEREZA FICA CADA VEZ MAIS DURA. METADE DA SEMANA PASSOU A TRABALHAR NO CANAVAL COM OS COMPANHEIROS DE INFORTÚNIO. NA OUTRA IA À CAPITAL ARACAJU VENDER O QUE PODIA PARA CUMPRIR SUAS ÁRDUAS OBRIGAÇÕES. COMPRAR A LIBERDADE NÃO ERA TAREFA FÁCIL....



NUM É GRANDE COISA,
MAS DÁ PROCÊ PASSÁ AS NOITE
QUE VEM VENDÊ. NUM É CARO O
ALUGÉL E NÓS VAI
VIVENDO ASSIM.

TENHO MEDO
DE NUM CONSIGUI PAGÁ
A SINHA E TÊ QUI VORTÁ
PRO TRIUMFO.

AQUELA LADRONA!
SE NUM FOSSE ESSAS
SANGUE-SUGA NÓS VIVIA
MIÓ! MAS OCÊ
CONSEGUE SIM.





EXTRA! EXTRA!
"A LEI DO VENTRE LIVRE
TRÁZ REPERCUSSÕES RUINS
PRA SOCIEDADE"! AFIRMAM
OS FAZENDEIROS
DE SERGIPE!

INTENDI NADA
NÃO MOÇO!



QUE TEM
ESCRIVIDO
AÍ MOÇO?

O DE SEMPRE:
FAZENDEIROS RECLAMANDO
DOS PREJUÍZOS COM A LEI DO
VENTRE LIVRE, UM ABSURDO!
COM A REPÚBLICA ÀS
PORTAS E ESSAS PESSOAS
NÃO EVOLUEM!

POIS BEM TEREZA,
A MAIORIA DOS PAÍSES HISPÂNICOS
JÁ LIBERTARAM OS ESCRAYOS.
PORTO RICO ESTÁ PESTES A FAZÊ-LO,
INGLATERRA E ESTADOS UNIDOS JÁ
IMPÕEM A ABOLIÇÃO PARA RECONHECER
A INDEPENDÊNCIA. NEM COM O BILL
ABERDEEN O IMPÉRIO BRASILEIRO
PERCEBEU QUE A ESCRVIDÃO É UMA
INSTITUIÇÃO FALDA!



QUAL SUA
GRAÇA?

GRAÇA?!

SEU NOME,
COMO SE
CHAMA?

ME CHAMAM
TEREZA DE BENGUELA,
PODE ME CHAMÁ DE
TEREZA.

É PRECISO FAZER
A TRANSIÇÃO DO ESCRVIDISMO PARA O TRABALHO
ASSALARIADO, O AÇÚCAR ANTILHANO É MAIS BARATO
QUE O NOSSO, E O TRABALHO É ASSALARIADO,
SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUER!



INTENDI MUITA
COISA NÃO, MAIS DA
"A-BO-LI-ÇÃO" EU SEI, O
SINHÔ ACHA QUE VÃO
SORTÁ NÓS?

É PRECISO!
ATÉ A ARGENTINA, PARAGUAI
E URUGUAI NOSSOS VIZINHOS,
PAÍSES MENORES, JÁ O
FIZERAM!

OS BRANCO
VÃO SORTÁ OS PRETO
E PAGÁ UM SALÁRIO A
NÓS?!!! QUERDITO
NÃO MOÇO! EU VÔ
TRABAIA E COMPRÁ
MINHA CARTA!

NA ATUAL
CONJUNTURA NÃO SE
PODE PREVER QUANDO
ISSO IRÁ ACONTECER,
MAS ACONTECERÁ,
TENHO CERTEZA!

EU QUE NUM
ISPERO! SE TIVÉ
DE ACONTECÊ JÁ
VÔ SÊ DONA DE
MIM.

O TEMPO PASSA E A VIDA DE TEREZA SE ALTERNA ENTRE A LAVOURA E A FEIRA, ENTRE O TRABALHO ESCRAVO E O DE MEEIRA NA LUTA PARA PAGAR A PRÓPRIA CARTA DE ALFORRIA.





VOCÊS NÃO TEM O DIREITO DE MANTER UMA PESSOA PRESA SEM QUE ELA NÃO TENHA FEITO NADA, AINDA MAIS AÇOTÁ-LA! ELA TEM PERMISSÃO DA SENHORA PARA TRABALHAR! O QUE VOCÊS FIZERAM É ILEGAL!



ESSES BRUTA MONTES IMBECIS! MAIS NUM TÁ TÃO RUIM ASSIM NÃO, VAI FICÁ BOM LOGO.

AHHH! ARDE COMO FOGO!

OS MALDITO NUM QUE SABÊ SI A PESSOA É DIREITA OU NÃO, VAI LOGO BATENO!



DEYAGAR DOUTOR, NÃO É UMA PESSOA, É SÓ UMA ESCRAVA, E ESTAVA ANDANDO SEM AUTORIZAÇÃO. AINDA DESACATOU MEUS POLICIAIS!

AQUI ESTÁ SENHORA DELA COM OS DOCUMENTOS DE PROPRIEDADE, EXIJO A SOLTURA DE TEREZA IMEDIATAMENTE!



VOCÊS SÃO LINS MONSTROS! VEJAM O ESTADO DELA! SERÁ QUE VOCÊS NÃO TÊM HUMANIDADE?! SÓ SABEM BATER PRIMEIRO E PERGUNTAR DEPOIS?!

CALMA DOUTOR, O SENHOR JÁ ESTÁ OFENDENDO! AINDA MAIS QUE É SÓ UMA ESCRAVA.



DÊXA DOTÔ! ESSES MISERÁVI SÓ CUNHECE A PANCADA E O CHICOTE! VAI YIM UM TEMPO EM OLI ELES VÃO TÊ QUE RESPEITÁ NÔIS, BASTA TIRÁ AS CORRENTE! VAMO SIMBORA DAQUI OLI EU NUM QUIERO VÊ MAIS ESSE LUGAR!

OS ANOS SE PASSARAM E A ROTINA DE LAVOR E TRABALHO NA FEIRA PASSANDO PELAS SALINAS RENDERAM A TEREZA O PAGAMENTO DA DÍVIDA A LUIZ MADUREIRA, SEU ANTIGO SENHOR, APÓS ISSO ELA SE LANÇOU NA EMPREITADA DE PAGAR A PRÓPRIA ALFORRIA, TAREFA NADA FÁCIL, JÁ QUE EM MÉDIA APENAS ENTRE 3% A 5% DOS CATIVOS CONSEGUIRAM TAL FEITO.



LIMA NEGRA BEM
APANHADA COMO VOCÊ
PODERIA GANHAR MAIS
DINHEIRO DE OUTRAS
FORMAS, NÃO?



ENTENDO SUA
DESCONFIANÇA, OS POLÍTICOS AGEM
À BASE DE INTERESSES QUE DIFICILMENTE
SÃO IGUAIS AOS DO POVO, MAS SOMOS
NÓS QUE DEVEMOS PRESSIONAR. A
ESCRavidÃO ESTÁ POR
UM FIO!

COMO VAI O
SENHÔ DOUTÔ?

BEM TEREZA,
TEMOS FEITO PROGRESSO, A CAUSA
ABOLICIONISTA AIANÇA, O FUNDO DE
EMANCIPAÇÃO NÃO É EXATAMENTE UMA
MARAVILHA, MAS TEM AJUDADO A
LIBERTAR ALGUMAS PESSOAS. NÃO
QUER FAZER PARTE?

NÃO CONFO EM
GOVERNO NINHUM, ELES ENGANAM,
NOS TIRAM TUDO O QUE PODE,
AGORA VÃO DÁ ALGUMA COISA?! NÃO
OBRIGADO, VÔ TRABALHAR E COMPRÁ
MINHA LIBERDADE COM TRABAIO, JÁ
TÔ QUASE LÁ.



PRA NÓS É DIFERENTE
DOUTÔ, NÓS TEM QUE TRABALHÁ E
DEPOIS DE COMPRADA A CARTA, NOSSA
VIDA MELHORA, DESPOIS NÓS GANHA
SÓ PRA VIVÊ EM PAIZ.





DESDE QUE CHEGUEI AQUI APRENDI MUITA COISA, INCLUSIVE QUE O TRÁFICO DE PRETO ERA PRA TÊ ACABADO MUITO ANTES D'EU TÊ VINDO, MAS EU E TANTOS OUTRO VIERAM E SÃO ESCRAVO ATÉ HOJE, QUEM CONFIAR Nesses GOVERNO QUE O SINHO FALA?!

DE FATO, A LEI DE 1831 HAVIA POSTO FIM AO TRÁFICO, MAS ELE CONTINUOU ATÉ NOVAMENTE SER PROIBIDO EM 1850, HAVENDO TRÁFICO ILEGAL ATÉ 1856, EU SEI, MAS PRECISAMOS ACREDITAR!!

INQUANTO A GENTE FICA ESPERANDO OS POLÍTICO FAZÊ ALGUMA COISA, O SOFRIMENTO CONTINUA. A GENTE TEM QUE LUTAR PRA CONQUISTAR NOSSOS DIREITO, EM TEMPO NINGUÉM OS BRANCO VÃO DÁ O ESPAÇO QUE É DELES.

VOCÊ TEM RAZÃO, MESMO QUANDO A ABOLIÇÃO VIER, A VIDA DOS NEGROS NÃO SERÁ FÁCIL OU SEM LUTA.

INTENDEU O QUE EU DISSE DOUTOR? NÓS TEM QUE LUTAR! A JUSTIÇA TÁ DO LADO DOS BRANCO. VOU COMPRAR MINHA CARTA EU MESMA, E DESPOIS VOU APRENDER A LÊ E ESCRIVER PRA SABER DAS COISA!

QUANDO EU VIM PRA CÁ FOI DESPOIS DESSA LEI, ENTÃO EU NÃO DEVERIA SER SORTE POR CAUSA DE QUE EU VIR ESCONDIDA DA LEI? ENTÃO COMO POSSO SER SORTE?

TERÍAMOS QUE ENTRAR COM UMA PETIÇÃO NO JUDICIÁRIO, VOCÊ NÃO TEM A DEVIDA PERSONALIDADE JURÍDICA PARA IMPETRAR UM PROCESSO, EU PODERIA SER SEU TUTOR, MAS O REAL PROBLEMA É PROVAR QUE VOCÊ VEIO DEPOIS DE 1831, JÁ QUE AS TESTEMUNHAS ESTARIAM NA BAHIA, E NEM SABEMOS SE ESTÃO VIVOS, SE FOREM SEUS MALLINGOS, SERIAM ESCRAVOS, NÃO PODERIAM VIR PARA CÁ, É QUASE IMPOSSÍVEL GANHAR UM PROCESSO COM TANTAS LACUNAS!

ENTENDO A SUA DESILUSÃO, E CONCORDO COM VOCÊ, A IGNORÂNCIA DOS DIREITOS DOS NEGROS FAZ DA LEI NULA, E POUCOS SÃO OS ABOLICIONISTAS QUE TEM CONHECIMENTO PARA INSTRUÇÃO.

MINHA SINHA, AQUI TEM DUAS QUANTIA SEPARADA, UMA É DOS JORNAL DESSA SEMANA, E O OUTRO VALOR É O PREÇO DA MINHA CARTA. AGORA TÁ PAGA. NUM DEVO MAIS NADA A SINHORA, ENTONCES NÃO PRECISO PAGAR MAIS NADA, SÓ MULHER LIVRE!

COMO ASSIM?! ESPERE! É PRECISO DISCUTIR AINDA MELHOR OS VALORES DA ALFORRIA!

TEM NADA QUE DISCUTI NÃO, O VALO É ESSE E MINHA CARTA TÁ PAGA, NUM DEVO MAIS NADA A SINHORA!





TEREZA FICA ESCONDIDA SOB A RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO LIBERTADORA CABANA DO PAI TOMÁS AOS CUIDADOS DO RÁBULA ABOLICIONISTA FRANCISCO JOSÉ ALVES. ESTE ENCAMINHA O PROCESSO PEDINDO A LIBERTAÇÃO DA ESCRAVA CONHECIDA POR TEREZA DE BENGUELA, SOB ALEGAÇÃO DE QUE A QUANTIA PELA SUA ALFORRIA FOI PAGA E A SUA SENHORA NÃO ACEITARA. EM RESPOSTA A SENHORA NÃO NEGOU O PAGAMENTO, MAS QUE A ESCRAVA NA TINHA AUTORIZAÇÃO DE ACÚMULO DE PECÚLIO, UM ARGUMENTO DESATUALIZADO, JÁ QUE NO ARTIGO 4º PERMITIA O ACÚMULO DA REFERIDA QUANTIA SEM AUTORIZAÇÃO DO SENHOR, PORTANTO A CAUSA É FACILITADA PELA ARGUMENTAÇÃO DA DEFESA DA SENHORA.



DIANTE DA AFIRMATIVA
DA SENHORA CAROLINA STEWART NABUCO
DE QUE A ESCRAVA TEREZA DE SOUZA, CONHECIDA
PELA ALCUNHA DE TEREZA DE BENGUELA, QUE ESTA
LHE ENTREGOU EM MÃOS A QUANTIA MÉDIA DE UMA
ESCAVA COM MÉDIA DE IDADE DE QUARENTA E POUCOS ANOS,
EM REFERÊNCIA À SUA IDADE, ALEGANDO A RÉ, SRA. CAROLINA,
QUE A ESCRAVA EM QUESTÃO NÃO TINHA AUTORIZAÇÃO PARA
ACÚMULO DE PECÚLIO CONFORME AS PRERROGATIVAS DO ART. 4º
DA LEI 2040/1871. ENTRETANTO NO MESMO ARTIGO, NO
PARÁGRAFO 2º, HÁ A PREVALÊNCIA DE DETERMINADOS ATRIBUTOS,
DE QUE NO CASO DO ESCRAVO DISPOR DA QUANTIA, AINDA QUE
NÃO HAJA ACORDO, PODERÁ SER ARBITRADO VALOR JUSTO PELO
PODER JUDICIÁRIO. DIANTE DOS FATOS EXPOSTOS E DAS
PRERROGATIVAS DA LEI, TENDO EM VISTA O VALOR JÁ
PENHORADO SER SUFICIENTE PARA PAGAMENTO DA
ALFORRIA DA IMPETRANTE, DECLARO A RECLAMANTE
LIVRE MEDIANTE A POSSE DA CARTA DE ALFORRIA
A SER REDIGIDA POR ORDEM DESSE TRIBUNAL.
**DECLARO A CESSÃO
ENCERRADA!**



BRIGADO DOUTÔ
POR TUDO QUE VOCÊ
FEIZ POR MIM, NUNCA
VÔ ISQUECÊ A AJUDA
NOS MOMENTO DIFÍCIL
DA MINHA VIDA!

NÃO HÁ DE
QUÊ TEREZA! FICO
FELIZ EM PODER
AJUDAR A CORRIGIR
MAIS UMA INJUSTIÇA
DESTE PAÍS. SEJA FELIZ
NA SUA NOVA VIDA.
VOCÊ FEZ POR
MERECEER!



SUA DESGRAÇADA!
VOCÊ AINDA ME PAGA!
PESSOAS COMO VOCÊ NUNCA
SERÃO RECONHECIDAS COMO
GENTE NESSA SOCIEDADE!
SEMPRE SERÃO
CAPACHO!



NÃO DÊ
ATENÇÃO A ELA. O QUE
PRETENDE FAZER AGORA?
LEMBRE-SE DE QUE AGORA
VOCÊ NÃO TERÁ OS FRUTOS DA
TERRA PARA VENDER
NA FEIRA.

AH DOUTÔ,
EU JÁ PASSEI POR TANTA
COISA NESSA VIDA, NUN É
ISSO QUE VAI ME DEIXAR
FORA DE RUMO.



ENQUANTO EU
TIVÊ FORÇA NOS BRAÇO
PRA TRABALHAR EU VÔ LUTAR
ATÉ O FIM, TAMBÉM VÔ APRENDER
AS LETRA E APRENDER A LER, PRA
ENTENDER O MUNDO, SABE? ALÉM DO
MAIS TEM TANTO PRETO, ESCRAVO
OU LIBERTO QUE ESTÃO POR AÍ
VENCENDO UM DIA DEPOIS DO
OUTRO, VOU SIGUIR COM
ELES, PORQUE A LUTA
TÁ SÓ NO COMEÇO.

FIM



**TIRAS DE QUADRINHO
PARA ATIVIDADE
DE CLASSE**

COTAS PARA QUEM PRECISA DE COTAS?

A AULA DE HISTÓRIA DE HOJE FOI BACANA, NÊ?

NORMAL.

É SEMPRE BOM SABER SOBRE COMO O BRASIL SE FORMOU, NÃO? ASSIM CONSEGUIMOS ENTENDER O MUNDO HOJE. COM BASE NISSO ENTENDI O QUE TÁ NA CONSTITUIÇÃO: "TRATAR OS DESIGUAIS COM DESIGUALDADE NA MEDIDA DA SUA DESIGUALDADE"

FOI ARISTÓTELES QUEM FALOU ISSO, TONTO?

EU SEI, MAS FOI RUI BARBOSA QUEM DESE: "A REGRA DA IGUALDADE NÃO CONSISTE SENÃO EM OLHAR DESIGUALMENTE AOS DESIGUAIS, NA MEDIDA EM QUE SE DESIGUALAM", QUE É A MESMA COISA.

POR ISSO AS COTAS PARA AFRODESCENDENTES ENTRAREM NAS UNIVERSIDADES, CONCURSOS, ETC., É IMPORTANTE E NÃO BSMOLA, É UMA FORMA DE NIVELAR AS OPORTUNIDADES.

QUE NADA! É INJUSTO VOCÊ USAR A COR DA PELE COMO CRITÉRIO PARA ENTRAR NA FACULDADE. CERTO É O CONHECIMENTO E PRONTO!

SEI, VOCÊ JÁ OBSERVOU QUE DEPOIS QUE OCORRE A ABOLIÇÃO OS LIVROS DA GENTE NÃO FALAM NADA SOBRE RESGATAR OS EX-ESCRAVOS DO ANALFABETISMO, DO PRECONCEITO, DO DESEMPREGO E FALTA DE MORADIA? PELO CONTRÁRIO, NESSA ÉPOCA COMEÇARAM A VIR EUROPEUS PARA SUBSTITUIR A MÃO DE OBRA ESCRAVA NAS FAZENDAS DE CAFÉ LÁ EM SÃO PAULO, NO NORDESTE NEM SE FALA COMO FICOU.

SIMPLES! PROCUREI SABER NO GOOGLE. LÁ PROCUREI SABER E TEM UM MONTE DE COISAS QUE OS LIVROS NÃO FALAM, PORQUE OS DESCENDENTES DAS ELITES DAQUELA ÉPOCA AINDA ESTÃO AÍ...

MAS O PROFESSOR NÃO FALOU ISSO! É SE NÃO TEM NO LIVRO COMO VOCÊ SABE?!

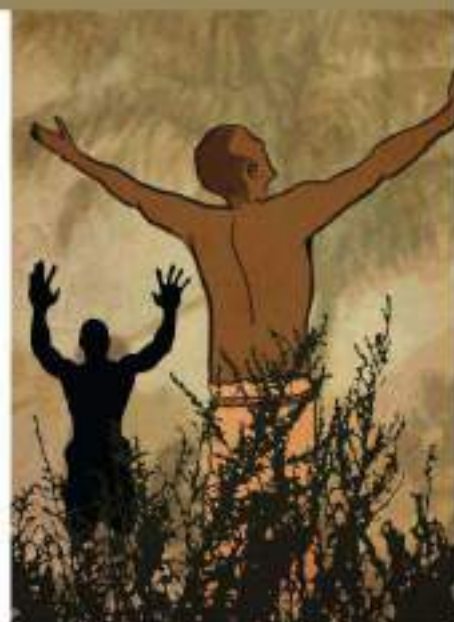
TÁ, MAS VAMOS FALAR DE OUTRA COISA, ESSE ASSUNTO TÁ CHATO!

PADRÃO EUROPEU: SEGUIR OU NÃO SEGUIR? EIS A QUESTÃO



13 DE MAIO: **ABANDONO** DOS ESCRAVOS

CELEBRAÇÕES DO 13 DE MAIO EM 1888



VOCÊS ESTÃO LIVRES. NÃO QUERO NINGUÉM AQUI, VÃO EMBORA!



PARA ONDE VAMOS?

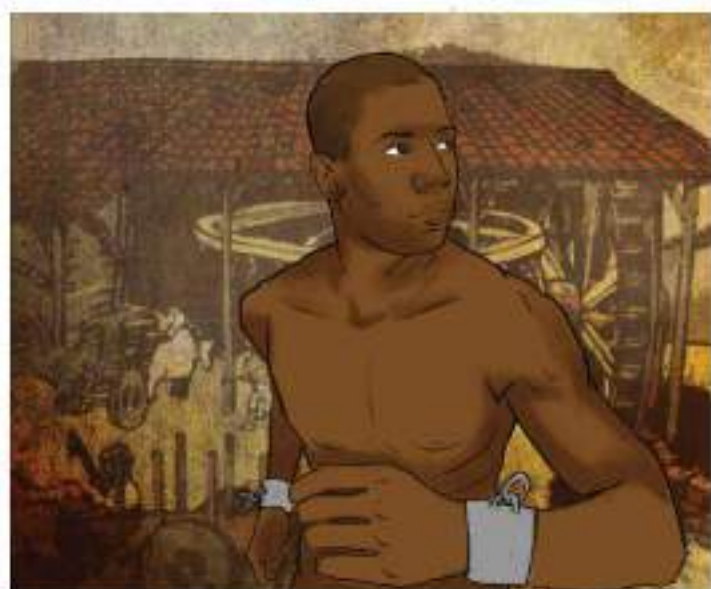
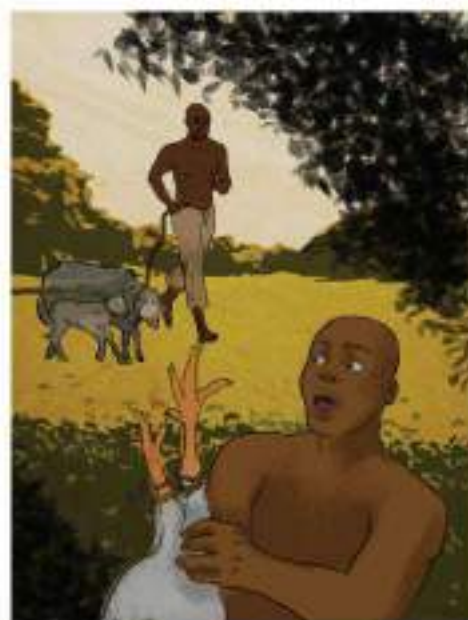
NÃO SEI!



PEGA LADRÃO!



A HISTÓRIA É A VERDADE? DE QUEM? PARA QUEM?



NÃO APRENDERAM OU NÃO ENSINAMOS? COMO CONSERTAR?



